Secretaria da
Fazenda e Planejamento

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Relatório Anual de Prestação de Contas

Volume I

Exercício 2022

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado de São Paulo

Tarcísio de Freitas

Secretário da Fazenda e Planejamento

Samuel Kinoshita

Subsecretaria de Planejamento

Sérgio Ricardo Ciavolih Mota

Coordenadoria de Planejamento

João Marcelo de Souza Gomes

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Relatório sobre o desempenho acumulado dos programas do PPA do Ciclo 2020-2023 – Ano 2022

Sumário

Introdução 5

Seção I – Visão Geral: O Contexto Socioeconômico 8

Panorama Macroeconômico Brasileiro 8

Conjuntura Econômica e Condições de Vida no Estado de São Paulo 9

Desempenho dos Indicadores de Objetivos Estratégicos 21

Objetivo Estratégico 1: Educação de qualidade, inclusiva e transformadora, buscando o desenvolvimento pleno 21

Objetivo Estratégico 2 - Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso. 22

Objetivo Estratégico 3: Sociedade segura, com menos violência e criminalidade. 23

Objetivo Estratégico 4: Desenvolvimento Econômico promovendo o investimento, a inovação, o turismo e a economia criativa. 24

Objetivo Estratégico 5: Desenvolvimento social garantindo os direitos individuais e coletivos e promovendo a autonomia plena. 26

Objetivo Estratégico 6: Qualidade de Vida Urbana, com Moradia Adequada e Mobilidade 27

Objetivo Estratégico 7: Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável 28

Objetivo Estratégico 8: Desenvolvimento sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população ante os desastres naturais 30

Objetivo Estratégico 9: Gestão Pública moderna e eficiente, comprometida com qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e transparência 31

Seção II - Anexo de Metas de Prioridades da LOA 2022 33

I - Adoção do Novo Formato 33

II – Execução das Metas 38

Seção III – Análise de Desempenho dos Programas 43

Objetivo Estratégico 1 – Educação de Qualidade, inclusiva e Transformadora, buscando o desenvolvimento pleno. 43

Objetivo Estratégico 2 – Saúde Pública Integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso. 46

Objetivo Estratégico 3 – Segurança para a sociedade usando ferramentas de Inteligência no combate à criminalidade. 48

Objetivo Estratégico 4 – Desenvolvimento Econômico promovendo o investimento, a inovação, o turismo e a economia criativa. 51

Objetivo Estratégico 5: Desenvolvimento social garantindo os direitos individuais e coletivos e promovendo a autonomia plena 57

Objetivo Estratégico 6 – Qualidade de vida urbana, com moradia adequada e mobilidade. . 60

Objetivo Estratégico 7 – Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável 65

Objetivo Estratégico 8 – Desenvolvimento Sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população frente aos desastres naturais. 67

Objetivo Estratégico 9: Gestão Pública moderna e eficiente, comprometida com qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e transparência 72

Introdução

Este relatório atende ao disposto no Artigo 16, da Lei 17.262, de 09 de abril de 2020, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023. Assim como preconiza a normativa, apresenta elementos sobre o desempenho dos programas do PPA no ano de 2022, considerando a conjunto socioeconômica do estado no período.

Em 2022, o Plano Plurianual abrangeu 32 (trinta e dois) órgãos orçamentários e 129 (cento e vinte e nove) Unidades Orçamentárias, entendidas como unidades responsáveis por administrar dotações orçamentárias e financeiras próprias ou descentralizadas, das quais 71 (setenta e uma) pertencem à Administração Direta, 27 (vinte e sete) são Autarquias, 15 (quinze) Fundações, 05 (cinco) empresas dependentes, 10 (dez) empresas não dependentes e 01 (um) fundo, componentes da lei orçamentária estadual.

É importante registrar que o plano foi elaborado sob a égide de cinco diretrizes e orientado para o atingimento dos nove objetivos estratégicos. Em 2022, o Plano Plurianual era integrado por 112 programas, que apresentavam 289 Indicadores de Resultado e 622 produtos – estes, por sua vez, continham 924 indicadores de produto. A figura 1 resume estas informações:

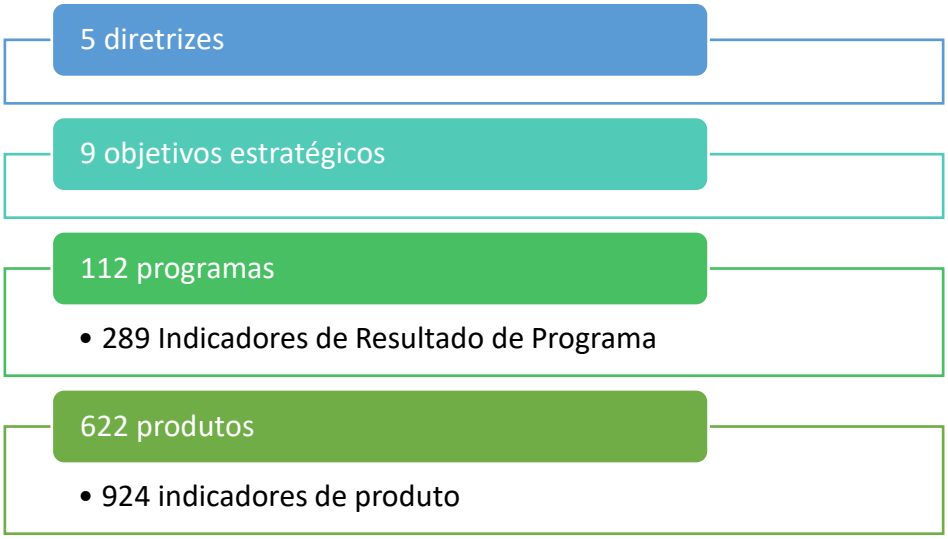


Figura 1 – Estrutura do PPA 2020-2023 (Ano 2022)

As cinco diretrizes estratégicas que orientaram as discussões sobre o desenho de cada um dos programas são os seguintes:

I – a descentralização, visando ao fortalecimento dos municípios, a redução das desigualdades regionais e a difusão territorial das principais políticas públicas;

II – a participação social, visando a inserir o cidadão na avaliação das políticas públicas e a ampliação das parcerias com a sociedade civil e com o setor privado;

III – a transparência, visando a fortalecer o controle social e o combate à corrupção;

IV – a eficiência, visando ao aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e o incremento da eficácia dos gastos públicos;

V – a inovação, visando à adoção de modernas tecnologias para a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, em todos os campos da atuação do Governo Estadual.

Os Objetivos Estratégicos definidos para o atual quadriênio (2020-2023), por sua vez, são os seguintes:

I – Educação de qualidade, inclusiva e transformadora, buscando o desenvolvimento pleno;

II – Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso;

III – Segurança para a sociedade usando ferramentas de inteligência no combate à criminalidade;

IV – Desenvolvimento econômico promovendo o investimento, a inovação, o turismo e a economia criativa;

V – Desenvolvimento social garantindo os direitos individuais e coletivos e promovendo a autonomia plena;

VI – Qualidade de vida urbana, com moradia adequada e mobilidade;

VII – Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável;

VIII – Desenvolvimento sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população frente aos desastres naturais;

IX – Gestão Pública moderna e eficiente, comprometida com qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e transparência.

A Resolução Conjunta CC/SFP-1, de 12 de janeiro de 2023, que dispõe sobre o processo de Prestação de Contas do PPA 2020-2023 ref. ao exercício de 2022, definiu a estrutura do presente Relatório de Resultados.

A Seção 1 do relatório traz análise apresenta dados sobre o contexto socioeconômico, abordando o panorama brasileiro e a conjuntura do estado de São Paulo, bem como uma atualização dos indicadores utilizados para o acompanhamento

dos objetivos estratégicos, os quais permitirão entender, ao fim do ciclo, o quanto o estado caminhou nos desafios colocados no momento de elaboração do Plano.

A Seção 2 traz uma análise sobre a execução dos resultados das metas e prioridades definidos no Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 e uma breve contextualização sobre a mudança do formato deste anexo.

A Seção 3 traz análises sobre alguns programas selecionados do Plano Plurianual em face dos Objetivos Estratégicos, acompanhadas de anexos que apresentem o desempenho de cada programa no exercício, nos termos do inciso II do Art. 3º do Capítulo I, Título I, do Livro II da Instrução do Tribunal de Contas 1-2020.

A Seção 4 reúne as Avaliações de Desempenho dos programas no acumulado do ciclo do PPA produzidas pelos gerentes de programa.

Os relatórios que integram as Seções 3 e 4 são produzidos a partir dos dados inseridos pelos órgãos no Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA) – e extraídos da base de dados da Secretaria. São eles:

- Desempenho anual da execução dos Programas;
- Avaliação do desempenho acumulados dos Programas, com as análises realizadas pelos órgãos setoriais.

Seção I – Visão Geral: O Contexto Socioeconômico

Panorama Macroeconômico Brasileiro

O ano de 2022 foi caracterizado pela existência de uma nova subvariante da Covid-19 (Ômicron) que apesar de ser de fácil disseminação foi menos letal, especialmente entre as pessoas já vacinadas. A amplitude das vacinações levou à redução das restrições de circulação das pessoas e até ao afrouxamento dos cuidados básicos, como o uso obrigatório de máscara e o uso de álcool em gel, com exceção da China que teve vários *lockdowns* ao longo do ano. Houve ainda a invasão da Ucrânia pela Rússia, que levou à deflagração de uma guerra que já dura um ano.

Aos desequilíbrios das cadeias produtivas já existentes, no início do ano, se somou a elevação acentuada dos preços das commodities decorrentes desses dois fatores (China e Ucrânia) o que afetou negativamente a oferta de bens. Já a demanda, com a retomada das atividades pós-pandemia aguda permaneceu elevada, e esse desequilíbrio impactou a inflação e os juros dos diversos países.

O Brasil foi beneficiado pela alta das commodities, especialmente minério de ferro e petróleo, o que originou um novo recorde na balança comercial, com superávit de US$ 62,3 bilhões. Entretanto, as incertezas em relação à sustentabilidade fiscal contribuíram para que a taxa de câmbio atingisse R$ 5,37/ US$ em julho de 2022 e voltasse a oscilar em torno de R$ 5,25/US$ nos meses seguintes, embora tenha havido forte alta de juros – chegando a 13,75% no final do ano – e bons resultados na balança comercial.

A inflação teve uma queda acentuada em relação a 2021 (5,8% contra 10,1%), principalmente no segundo semestre, em virtude das desonerações tributárias, em especial da redução das alíquotas de impostos sobre combustíveis e energia elétrica.

O PIB teve alta real de 2,9% no ano (valor inferior ao de 2021, quando alcançou crescimento de 5,0%), apresentando crescimentos de 1,3% no primeiro trimestre, de 1,0% no segundo trimestre, de 0,4% no seguinte e pequena queda de 0,3% no último trimestre (dado preliminar). Os setores que mais contribuíram para esse crescimento foram: i) Serviços (4,2%), especialmente Outros Serviços e Transporte, Armazenagem e Correios, que responde por 80% do crescimento do PIB total. Estes foram os que tiveram as maiores recuperações nos dois últimos anos em função das menores restrições, aumento da mobilidade e das atividades presenciais; e ii) Indústria (1,6%), com destaque para a construção, favorecida pelo lançamento de novos imóveis. A Agropecuária teve queda de 1,7% em decorrência da quebra da safra de soja ocasionada pelo clima adverso.

As medidas adotadas pelo governo como a liberação de R$ 21 bilhões extras do FGTS, antecipação do 13° dos aposentados e pensionistas, a expansão do valor do Auxílio Brasil e do Vale Gás, a ampliação de desonerações fiscais e a ajuda para taxistas e caminhoneiros, entre outras, contribuíram para esse crescimento.

Dessa forma, o mercado de trabalho teve forte expansão, continuando o movimento já observado no ano de 2021, e atingindo 99,4 milhões de pessoas ocupadas, sendo 37 milhões de pessoas ocupadas no setor privado com carteira assinada, 5,9 milhões de trabalhadores domésticos, 12,1 milhões de empregados no setor público e 25,5 milhões de trabalhadores por conta própria. A taxa de desemprego foi de 7,9%, a mais baixa desde março de 2015, com 8,6 milhões de desempregados. O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido no mês, foi de R$ 2.808,00 no último trimestre de 2022, enquanto nessa época em 2021 era de R$ 2.594,00.

Conjuntura Econômica e Condições de Vida no Estado de São Paulo

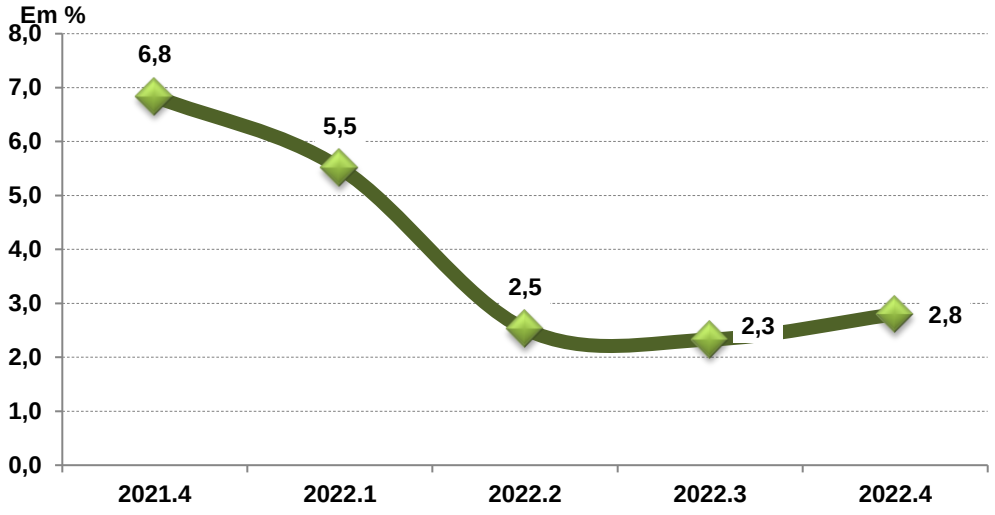
A economia paulista cresceu 2,8% em 2022, um valor equivalente ao da economia nacional, atingindo R$ 3,2 trilhões. Como se pode observar na Tabela 1, em relação a cada um dos trimestres do ano anterior, os maiores crescimentos foram no 3° e último trimestres. O setor que contribuiu para esse desempenho foi o de Serviços (ver Figura 3), crescendo 4,2%, especialmente o de transportes, armazenagem e correio, com 15,6% de aumento, em função da normalização da circulação de pessoas e bens. A indústria caiu 2,1%, especialmente a indústria de transformação, com exceção do segmento da construção civil, que cresceu 6,8%. A agropecuária apresentou uma queda significativa de 5,2%, em função de condições climáticas adversas, atingindo principalmente a soja e a cana de açúcar.

Tabela 1. Taxas de crescimento do índice de volume do PIB (em %) – Estado de São Paulo – 4º Trim. 2021 - 4º Trim. 2022

Trimestres	Trim. / trim. imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	Trim. / mesmo trim. do ano anterior	Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior	Últimos quatro trim. / quatro trim. imediatamente anteriores
2021.4	0,0	1,3	6,8	6,8
2022.1	1,8	1,3	1,3	5,5
2022.2	1,3	2,4	1,9	2,5
2022.3	1,0	4,1	2,7	2,3
2022.4	-0,7	3,2	2,8	2,8

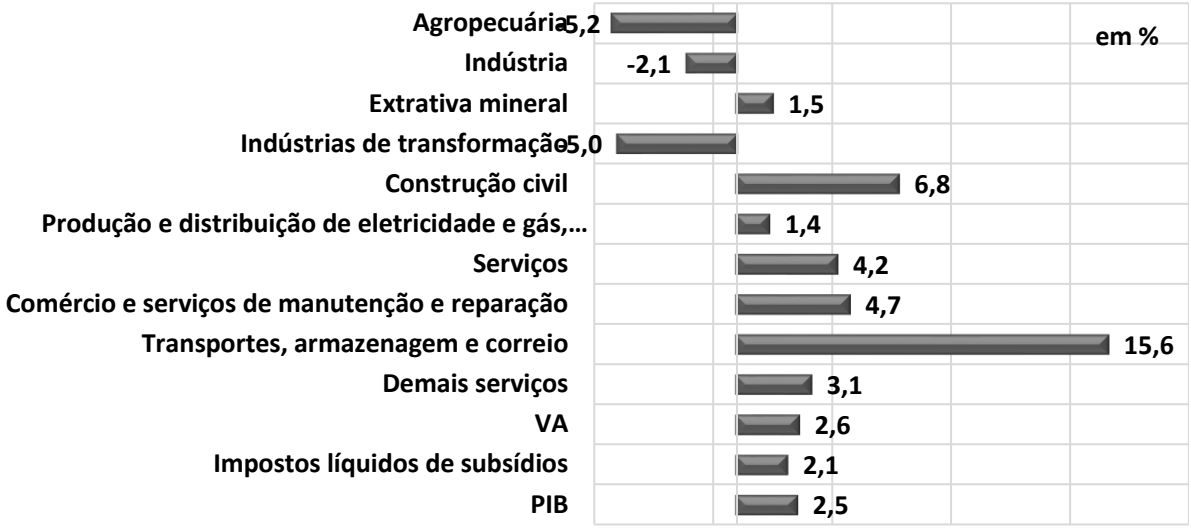
Fonte: Fundação Seade.
Nota: Os dados são preliminares e sujeitos a revisão e foram cedidos pela Fundação Seade, já que ainda não estão disponíveis no site.

Figura 2. Taxas de crescimento do PIB acumuladas nos últimos 4 trimestres em relação aos 4 trimestres imediatamente anteriores (%) – Estado de São Paulo



Fonte: Fundação Seade.
Nota: Dados preliminares e sujeitos a revisão.

Figura 3. Taxas de crescimento do Valor Adicionado por setores dos últimos 4 trimestres em relação aos 4 trimestres imediatamente anteriores – Estado de São Paulo

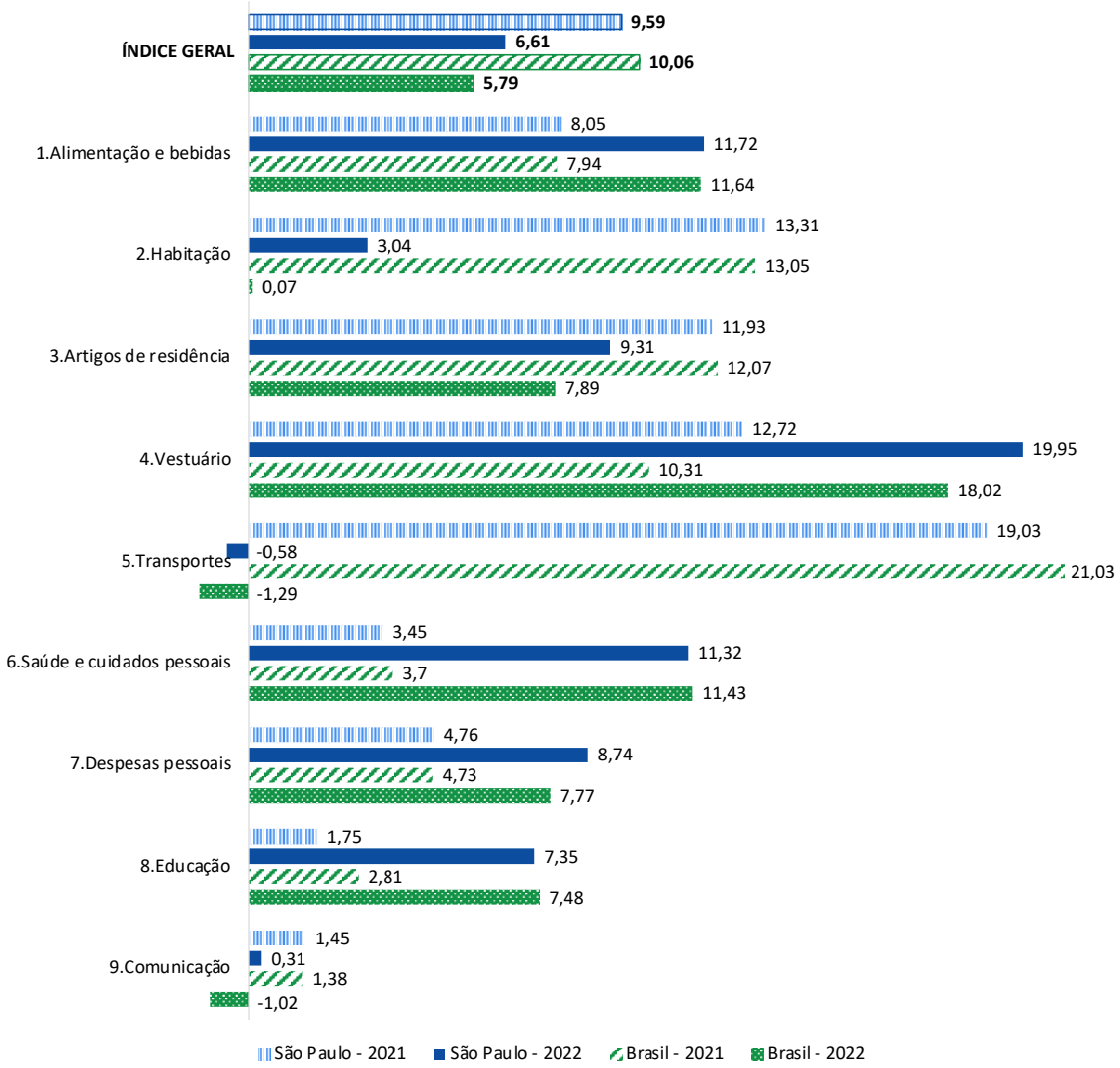


Fonte: Fundação Seade.
Nota: Dados preliminares e sujeitos a revisão.

A receita tributária do Estado não acompanhou esse movimento de alta do PIB, mantendo-se praticamente estável (cresceu 0,5%) e atingiu R$ 242,1 bilhões, graças ao bom desempenho do IPVA (R$ 23,7 bilhões, crescendo 12,5%). Já o ICMS caiu um pouco (-0,6%), com arrecadação de R$ 204,3 bilhões, em função da desoneração dos combustíveis e também como reflexo de uma base de comparação que teve uma alta acentuada no ano anterior. As taxas alcançaram R$ 8,8 bilhões ou 7,7% de alta, enquanto que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) caiu 14,9% (3,8 bilhões), possivelmente em função da melhora das condições da pandemia.

O IPCA na região metropolitana de SP atingiu 6,61%, com maior impacto do vestuário (19,95%), alimentação e bebidas (11,72%) e saúde e cuidados pessoais (11,32%). Houve deflação em transportes (-0,58%). Destaca-se a alta inflação da cebola (101,82%) e da batata-inglesa (52,07%), e deflação da gasolina (-23,95%) e do etanol (-26,51%), em virtude da desoneração dos combustíveis mencionada anteriormente.

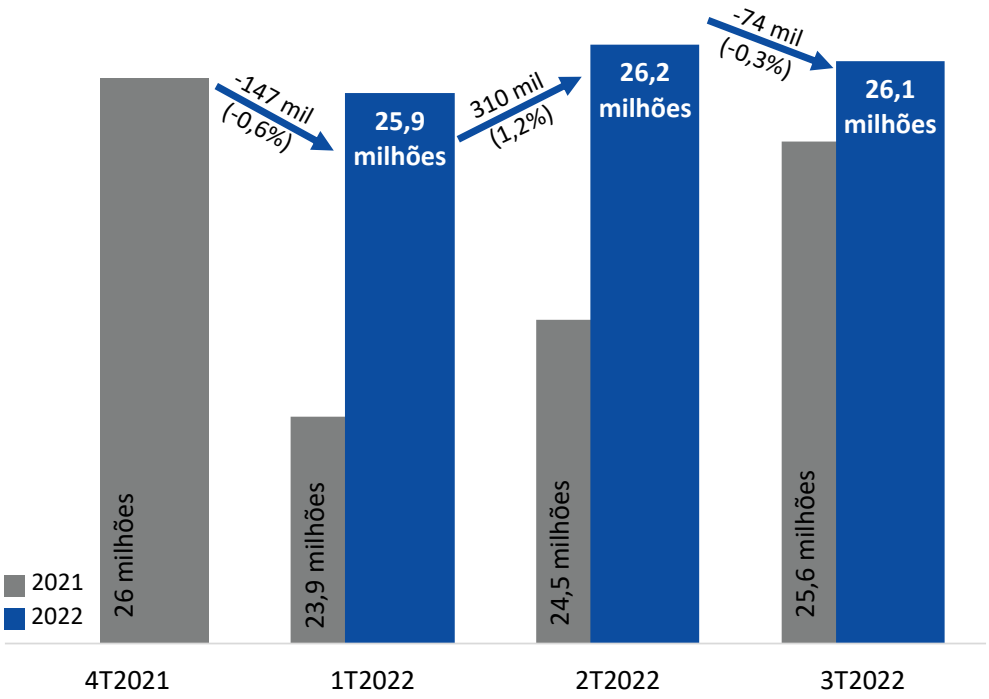
Figura 4. Variação acumulada no ano para o IPCA – Brasil e Estado de São Paulo – 2021 e 2022



Fonte: IBGE. Elaborado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

No Estado de São Paulo, a força de trabalho foi estimada em 25,9 milhões de pessoas no 1º trimestre de 2022, com decréscimo de 0,6% em relação ao trimestre anterior, mas aumento de 1,5 milhão de pessoas em relação ao mesmo período de 2021. No segundo trimestre, houve aumento de 1,2% em relação ao primeiro, totalizando 26,2 milhões de pessoas. Em relação ao mesmo período de 2021, houve acréscimo de 1,2 milhão de pessoas. O terceiro trimestre foi relativamente estável (queda de 0,3% em relação ao segundo trimestre, totalizando 26,1 milhões), representando um acréscimo de 514 mil pessoas em relação ao terceiro trimestre de 2021.

Figura 5. Força de trabalho no Estado de São Paulo – 2021 e 2022



Fonte: Fundação Seade. Elaborado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

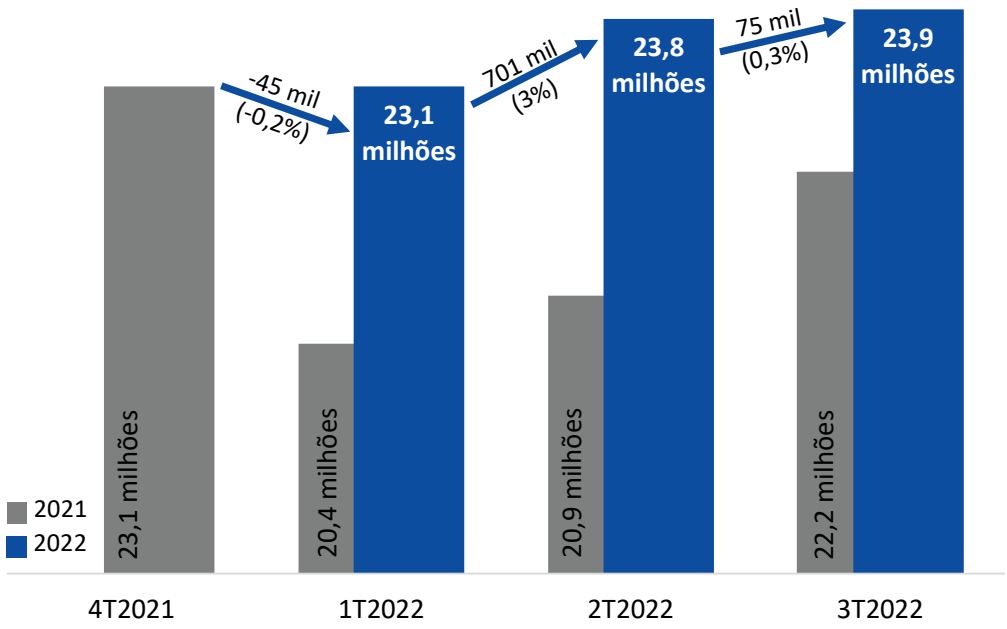
Entre o 4º trim. 2021 e o 1º trim. 2022, o contingente de pessoas ocupadas (23,1 milhões) permaneceu relativamente estável (queda de 0,2%), mas representou um crescimento de 10,8% em relação ao mesmo trimestre de 2021 (acréscimo de 2,2 milhões de empregados). Esse crescimento ocorreu em quase todos os segmentos, com a recuperação do emprego formal e relativa precarização do mercado de trabalho. A ocupação com carteira assinada cresceu 10,3% (um milhão de postos de trabalho), na comparação entre o primeiro trimestre e igual período de 2021. Em relação ao emprego informal (ocupações sem carteira assinada, emprego doméstico e por conta própria) foi registrada alta de 14,7% (1,1 milhão de ocupações).

No segundo trimestre de 2022, o contingente de ocupados cresceu 3,0% (+701 mil) em relação ao primeiro trimestre de 2022 e 11,2% (+2,4 milhões) em relação ao mesmo

período do ano anterior, totalizando 23,8 milhões, como resposta ao retorno das operações em todos os setores e à expansão da atividade econômica. O crescimento ocorreu em todos os segmentos, com exceção do setor público; tanto no mercado formal (crescimento de 12,8% em relação ao mesmo período de 2021) como no mercado informal (crescimento de 24,2% comparado com o segundo trimestre de 2021).

No terceiro trimestre, o número de ocupados ficou estável, crescendo apenas 0,3% (+75 mil ocupados), totalizando 23,9 milhões. As ocupações informais registraram variações superiores às do emprego formal: estas responderam por 703 mil novos postos de trabalho, enquanto aquelas por 765 mil. Destaca-se também o crescimento no setor público, em contraponto aos dois trimestres iniciais com queda, em virtude da proximidade da eleição.

Figura 6. Contingente de pessoas ocupadas no Estado de São Paulo – 2021 e 2022



Fonte: Fundação Seade. Elaborado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

A variação no número de ocupados por setores pode ser visualizada na Tabela 2. Destaca-se o aumento no setor de serviços nos três trimestres (totalizando 460 mil no ano).

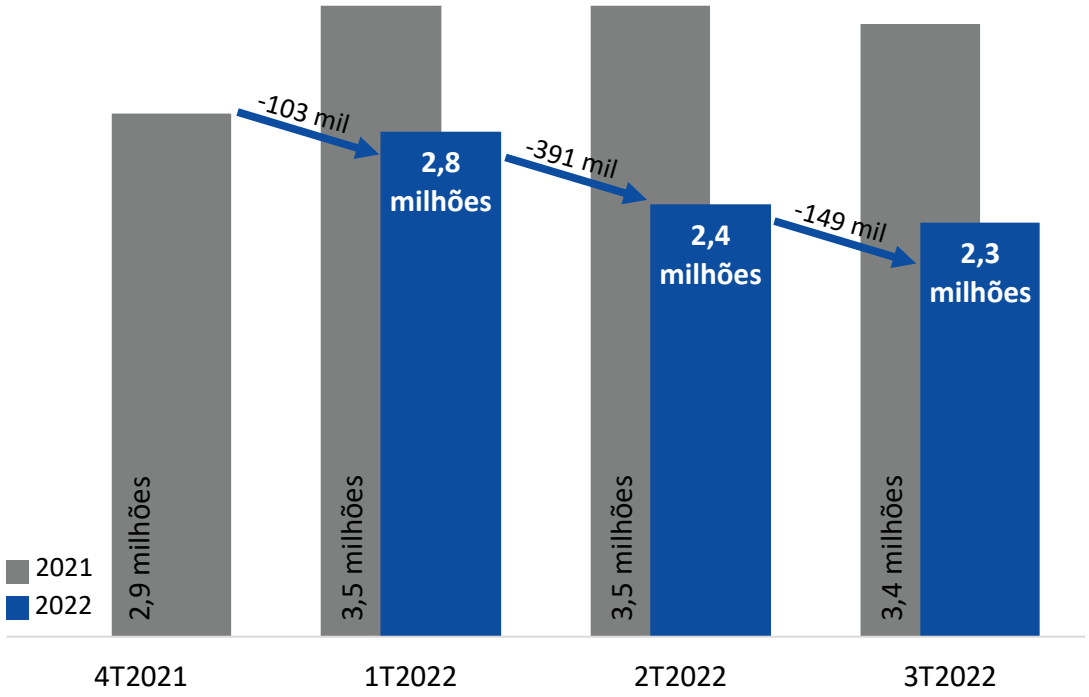
Tabela 2. Variação no contingente de pessoas ocupadas por setores – 2022

Ocupados (mil pessoas)	1o trim.	2o trim.	3o trim.
Agricultura	49	17	35
Indústria	18	-103	19
Construção	-33	115	-119
Serviços	39	260	161
Comércio	-70	368	-34
Serviços domésticos	-50	44	13

Fonte: Fundação Seade. Elaborado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Ao longo de 2022 o número de desocupados foi diminuindo, passando de 2,8 milhões de pessoas no 1º trim. para 2,3 milhões no 3º.

Figura 7. Contingente de pessoas desocupadas no Estado de São Paulo – 2021 e 2022



Fonte: Fundação Seade. Elaborado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

A taxa de desocupação, que era 11,1% no último trimestre de 2021, começou o ano de 2022 em 10,8% no 1º trim., chegando a 8,6% no terceiro trimestre. Essa taxa, entretanto, esconde a persistência da desigualdade em diversos grupos (dados para o 2º trimestre de 2022):

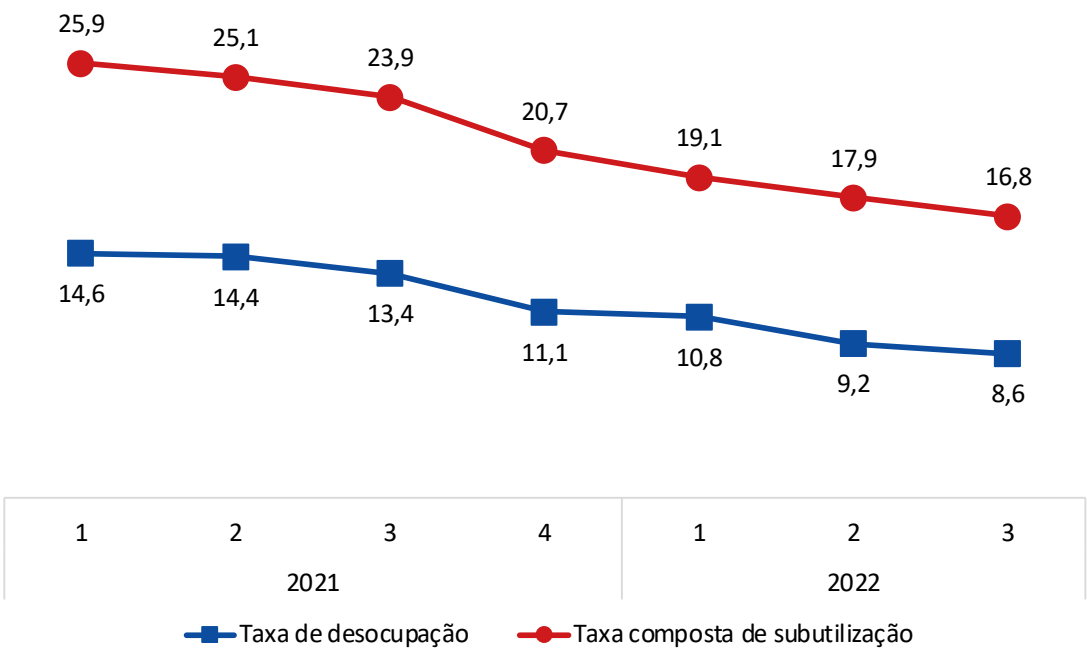
- por sexo: a taxa feminina era 11,4% e a masculina 7,3%;
- por grupos de idade: a taxa dos jovens de 18 a 24 anos foi de 18% (703 mil pessoas); 7,6% para pessoas de 25 a 39 anos de idade (748 mil); 6,4% para as de 40 a 59 anos (635 mil) e 4% para 60 anos e mais (79 mil pessoas). Para os jovens de 14 a 17 anos de idade, que deveriam estar apenas estudando, essa taxa alcançou 45% (239 mil pessoas);
- por raça/etnia: a taxa para pessoas brancas foi de 7,9% (1,2 milhão de desocupados), enquanto para os pardos, foi de 11,6% (974 mil pessoas);
- por nível de instrução: as taxas decrescem à medida em que aumenta a escolaridade – para as pessoas que não concluíram o ensino médio (incluindo os sem instrução, com ensino fundamental completo ou ensino

médio incompleto) foi de 11,8%; 10,1% para pessoas com o ensino médio completo e 4,9% para os que concluíram o ensino superior.

É importante pontuar também, além dessas desigualdades, que a queda na taxa de desocupação é parcialmente explicada pelo crescimento mais brando da força de trabalho – parte da população apta a trabalhar não voltou a procurar emprego.

A taxa composta de subutilização da força de trabalho, que é a soma de pessoas desocupadas, de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e da força de trabalho potencial, dividida pela soma da força de trabalho e da força de trabalho potencial, começou o ano em 19,1% e chegou a 16,8% no 3º trim. 2022 (essa taxa finalizou 2021 em 20,7%).

Figura 8. Taxa de desocupação e taxa composta de subutilização – Estado de São Paulo – 2021 e 2022

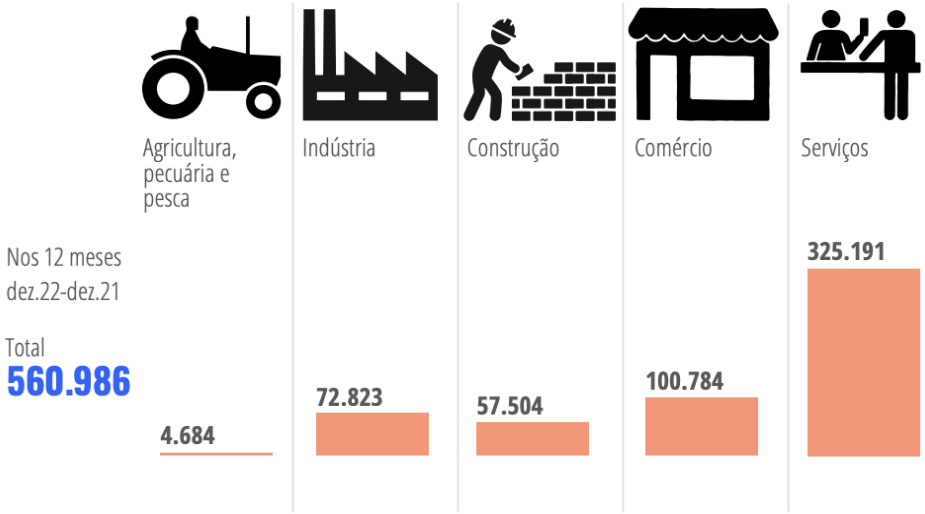


Fonte: Fundação Seade. Elaborado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

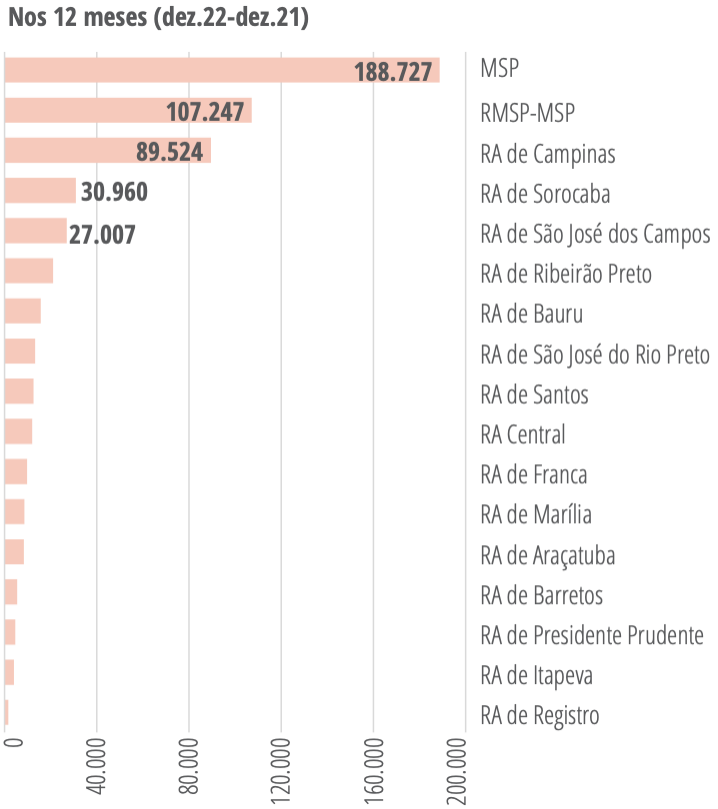
No acumulado do ano de 2022, o Estado de São Paulo apresentou saldo de 561 mil novos empregos – resultado de 7,2 milhões de admissões e 6,6 milhões de desligamentos. Esse valor representa um crescimento de 4,4%, pouco menor do que o observado para o Brasil (5,0%), que corresponde a 28% de novos empregos do país (2,0 milhões). O grande destaque foi a criação de 325 mil empregos nos serviços e 101 mil no comércio. Cerca de 189 mil empregos foram gerados na capital, 107 mil nos demais municípios da RMSP e 90 mil na região administrativa de Campinas. Considerando também as regiões administrativas de Sorocaba (31 mil) e São José dos Campos (27 mil), 79% dos empregos do estado foram gerados nessas regiões.

Figura 9. Variação absoluta do emprego formal (números absolutos) – Estado de São Paulo – dez.2021-dez.2022

(a) Por setores



(b) Por região



Fonte: Fundação Seade.

O rendimento efetivo médio dos ocupados, apesar de ter apresentado um aumento em relação ao final de 2021 (aumento de 8,4% no primeiro trimestre de 2022 em comparação

ao quarto trimestre de 2021), registrou diminuição nos três trimestres comparando com o mesmo período do ano anterior. Os valores para cada um dos três primeiros trimestres de 2022 foram, respectivamente, R$ 3.336, R$ 3.216 e R$ 3.267; que representaram, respectivamente, uma queda de 7,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (primeiro trimestre de 2021); queda de 3,0% em relação ao segundo e estabilidade (aumento de 0,2%) em relação ao terceiro.

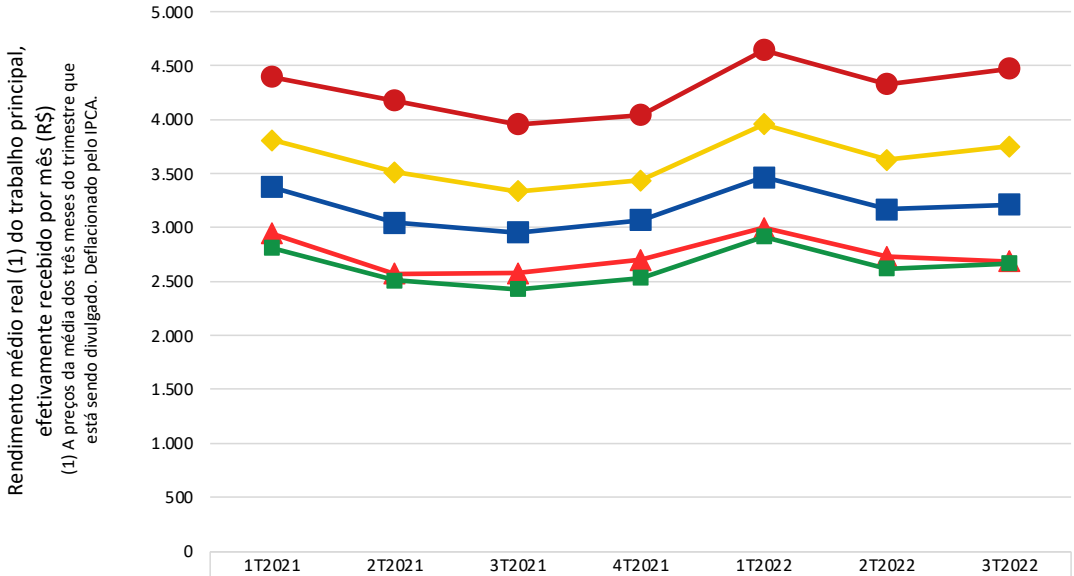
A

Figura 10 apresenta o rendimento médio real do trabalho principal efetivamente recebido separando para três tipos de contrato: empregado do setor privado com carteira, empregado do setor privado sem carteira e por conta própria. A média da capital é maior nos três tipos, destoando principalmente da média do Brasil. Além disso, a média na RMSP é maior do que no litoral e interior, situação esperada principalmente por conta da presença da capital.

O período 2021 a 2022 não apresenta variações significativas no Estado de São Paulo, exceto por uma ligeira melhora para empregado no setor privado sem carteira no segundo e terceiro trimestres de 2022, e uma quase volta ao patamar do primeiro trimestre de 2021 em 2022 no rendimento do trabalhador por conta própria.

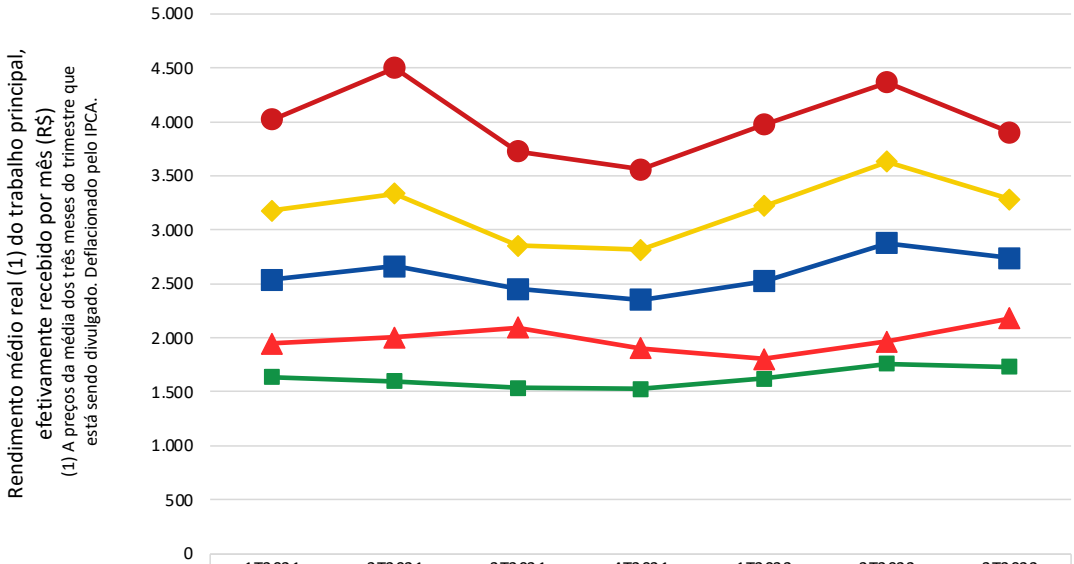
Figura 10. Rendimento médio real do trabalho principal – 2021 e 2022

(a) Empregado setor privado com carteira



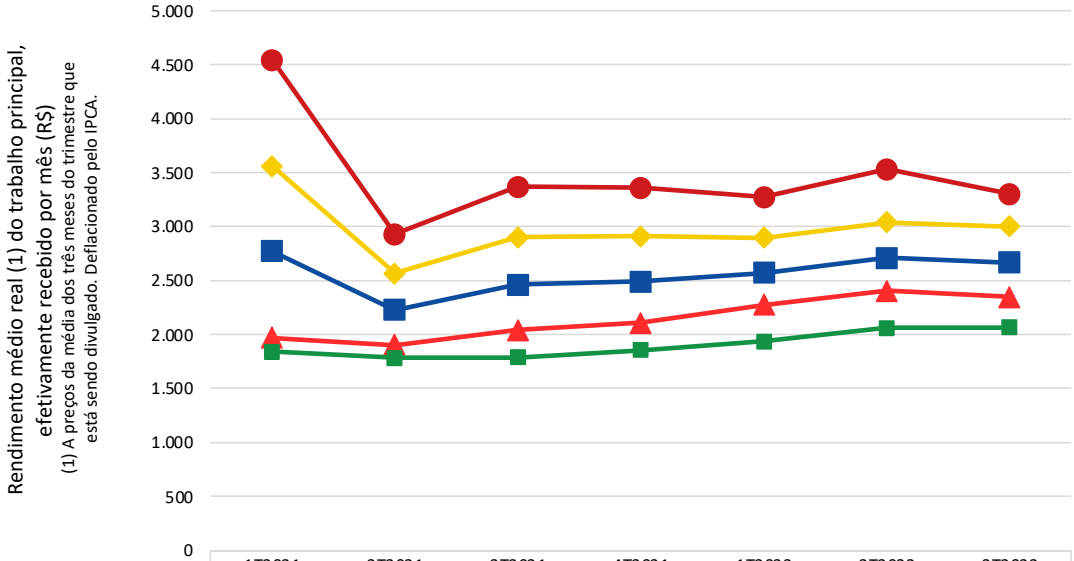
	1T2021	2T2021	3T2021	4T2021	1T2022	2T2022	3T2022
Estado de São Paulo	3.373	3.045	2.953	3.068	3.466	3.169	3.211
São Paulo (capital)	4.396	4.176	3.958	4.042	4.646	4.329	4.474
RMSP	3.809	3.511	3.335	3.435	3.955	3.629	3.753
Interior e Litoral	2.943	2.572	2.576	2.702	2.998	2.729	2.686
Brasil	2.810	2.510	2.428	2.535	2.914	2.618	2.665

(b) Empregado setor privado sem carteira



	1T2021	2T2021	3T2021	4T2021	1T2022	2T2022	3T2022
Estado de São Paulo	2.540	2.661	2.451	2.352	2.525	2.875	2.739
São Paulo (capital)	4.024	4.500	3.728	3.558	3.977	4.369	3.906
RMSP	3.179	3.335	2.852	2.814	3.221	3.631	3.284
Interior e Litoral	1.944	2.005	2.092	1.904	1.805	1.967	2.180
Brasil	1.637	1.600	1.536	1.524	1.624	1.758	1.731

(c) Conta própria



	1T2021	2T2021	3T2021	4T2021	1T2022	2T2022	3T2022
Estado de São Paulo	2.770	2.226	2.463	2.492	2.574	2.709	2.665
São Paulo (capital)	4.544	2.929	3.369	3.358	3.272	3.529	3.304
RMSP	3.558	2.569	2.902	2.911	2.897	3.039	3.000
Interior e Litoral	1.972	1.903	2.044	2.108	2.278	2.404	2.347
Brasil	1.840	1.783	1.791	1.855	1.935	2.061	2.064

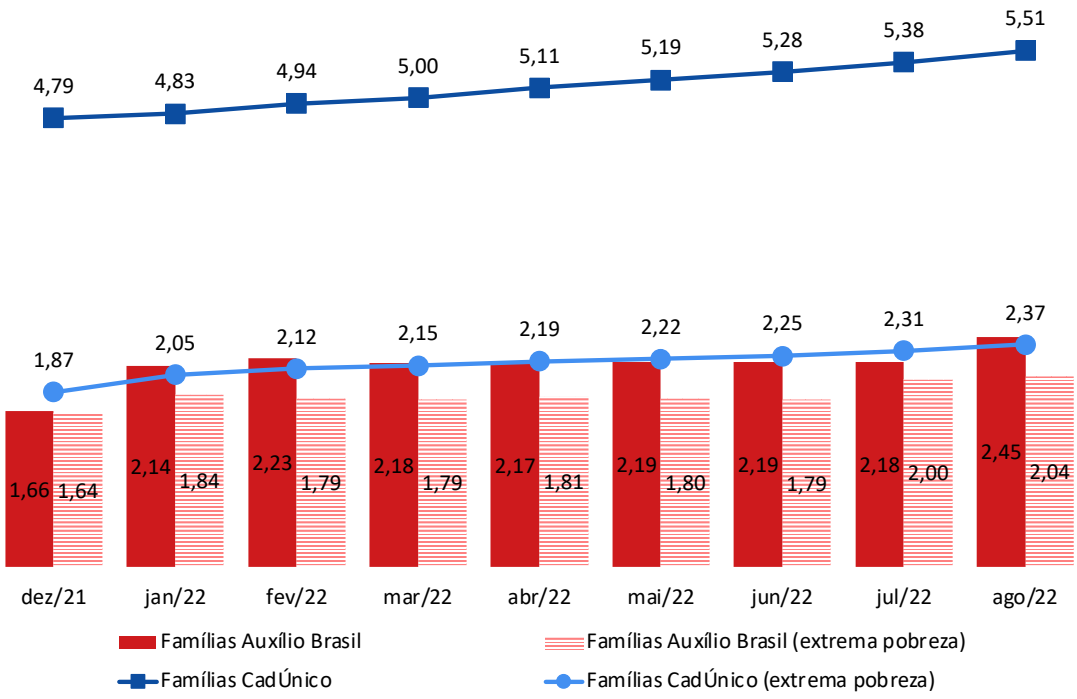
Fonte: Fundação Seade. Elaborado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Apresentar apenas a média, entretanto, mascara a realidade de pobreza presente no Estado de São Paulo. A pobreza monetária refere-se à insuficiência de rendimentos das famílias para provisão de seu bem-estar. É considerado pobre aquele que não possui

rendimentos suficientes para manutenção de sua subsistência, de acordo com algum critério monetário estabelecido. O critério de pobreza com base na renda per capita pode se mostrar insuficiente para conhecimento específico das situações de vulnerabilidade e carências das populações nos diversos territórios, onde se costuma usar indicadores sintéticos e multidimensionais.

No entanto, os indicadores de pobreza monetária são sensíveis às oscilações econômicas e suas variações refletem as condições de vida e acesso a bens de consumo. Logo, a pobreza monetária é um indicativo da necessidade de políticas nacionais e regionais para redução da pobreza, devendo em seguida ser verificados os perfis populacionais.

Figura 11. Famílias paulistas cadastradas no CadÚnico e recebendo Auxílio Brasil – dez/21-ago/22



Fonte: Fundação Seade. Elaborado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.
Nota: extrema pobreza considera renda *per capita* de até R$105,00.

O CadÚnico é um importante instrumento de gestão pública, que possibilita melhor compreensão do perfil das famílias inscritas e a identificação de demandas para as políticas públicas, com dados atualizados e disponíveis por município. Infelizmente, o número de famílias e pessoas pobres continua aumentando significativamente ao longo do tempo. O número de famílias em extrema pobreza cadastradas no CadÚnico em agosto de 2022 era de 2.373.056. Ressalte-se que este número é crescente a cada mês, enquanto o número de famílias dessa faixa de renda per capita no Programa Auxílio Brasil era de 2.035.231, com oscilações para cima e para baixo no período (

Figura 11).

Em linhas gerais, os impactos da emergência sanitária da pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, pareceram arrefecer em 2022, com a normalização da atividade econômica (e quase total flexibilização das medidas restritivas, permitindo a retomada integral das atividades nos setores de transportes, turismo, entretenimento, hospedagem e alimentação) e com os estímulos fiscais adotados por conta do período eleitoral, e apesar do forte aperto da política monetária como instrumento de controle da inflação. Assim, novos postos de trabalho foram criados ao longo dos trimestres analisados, mas permanecem a precarização do mercado de trabalho e as desigualdades em todos os grupos populacionais. Ao mesmo tempo, a corrosão do poder de compra dos salários pela inflação continuou em ritmo acentuado, tendo sido de extrema importância a manutenção e expansão do Auxílio Brasil.

Desempenho dos Indicadores de Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico 1: Educação de qualidade, inclusiva e transformadora, buscando o desenvolvimento pleno

Oferecer uma educação pública de qualidade, melhorando o desempenho educacional e o desenvolvimento pleno e contínuo da capacidade de cada indivíduo. Ampliar a oferta de ensino profissionalizante, técnico e tecnológico, para fazer frente aos desafios do desenvolvimento social e econômico. Ampliar e difundir o acesso aos equipamentos culturais e às atividades esportivas, contribuindo para a formação e qualidade de vida de todos.

Verifica-se que, em relação à Educação Básica e ao Ensino Médio, o Estado de São Paulo apresenta indicadores que, além de estarem entre os melhores do Brasil, mantêm-se, em sua maioria, em evolução ao longo dos anos. Assim, melhoraram de forma sistemática os dados do *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*[1] *(IDEB) para os anos finais do ensino fundamental na rede estadual*. Este índice correspondeu a 4,3 em 2011**,** 4,4 em 2013, 4,7 em 2015, 4,8 em 2017, 5,2 em 2019 e 5,3 em 2021. Apesar da pandemia da Covid-19 e seus impactos negativos no sistema de ensino, foi mantida a tendência de crescimento que vinha se verificando.

Quanto ao IDEB do 3º ano do Ensino Médio, houve oscilações e queda no intervalo de 2011 a 2017, mas crescimento em 2019 e em 2021: ele foi de 3,9 em 2011 para 3,7 em 2013, para 3,9 em 2015, para 3,8 em 2017, elevou-se para 4,3 em 2019 e subiu para 4,4 em 2021, a despeito dos efeitos negativos da pandemia no sistema de ensino.

[1] O IDEB foi criado em 2007 e reúne informações do desempenho e do fluxo escolar dos alunos. Utiliza informações do Censo Escolar e das médias de desempenho do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Outro indicador elencado para monitorar este Objetivo Estratégico é *Matrículas em cursos profissionalizante, técnico e tecnológico na rede estadual sobre total de estudantes do ensino médio*[2] *(em %)*. Verificou-se uma ascensão nesse indicador de 2018 a 2020, mas uma queda acentuada em 2021, retroagindo para nível inferior a 2018. Ele representou 8,2% do total de matrículas do ensino médio estadual em 2018, cresceu para 8,8% em 2019, cresceu novamente para 9,1% em 2020, mas declinou para 8,0% em 2021, mantendo-se neste mesmo patamar em 2022.

O último indicador utilizado para monitorar este Objetivo Estratégico é *População de 18 a 24 Anos que não trabalha e não Estuda na População nessa Faixa Etária*[3] *(em %),* isto é, refere-se ao número de pessoas de 18 a 24 anos não ocupadas, nem frequentando escolas, nem cursos pré-vestibular, técnico, médio ou de qualificação profissional. Em São Paulo, encontravam-se nessa situação, em 2018, 28,32% das pessoas dessa faixa etária. Este percentual caiu em 2019 para 27,4%, mas cresceu em 2020 para 31,9%, voltando a cair em 2021 para 27,3%, o mais baixo patamar do período.

Objetivo Estratégico 2- Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso.

Fortalecer o sistema público de saúde através de uma rede ampla e integrada em todo território e dotada de novas tecnologias que promovam eficiência e qualidade nos serviços prestados.

Componente fundamental da qualidade de vida e do bem-estar da população, a saúde- assim como outras áreas- precisa evoluir de acordo com as mudanças da sociedade, suas características demográficas e as evoluções tecnológicas. O acesso a serviços de qualidade e um sistema de saúde que garanta a cobertura universal e equitativa são essenciais a uma sociedade saudável.

Os indicadores estabelecidos no PPA 2020-2023 para este Objetivo Estratégico foram pensados para refletir as características da população paulista e representam um esforço no sentido de registrar a evolução de novas dimensões de suas condições de saúde.

A atenção ao comportamento desses indicadores é ferramenta da maior importância para o adequado desenho e planejamento dos serviços estaduais de saúde. Por isso é uma grande limitação o fato de que até a presente data não se tenham dados sobre a evolução de quase todos os indicadores de saúde além do ano de 2020, dados que já foram analisados em relatório anterior.

[2] Fonte: Dados do Censo Escolar, do Ministério da Educação.
[3] Fonte: Dados do Censo escolar, do Ministério da Educação.

O único indicador para o qual há informações posteriores a 2020 é o que indica a *Média de Dias de Permanência de Internação na rede pública estadual*[4]*(em dias)*, para o qual há dados até o ano de 2022. Este importante indicador para o planejamento e gestão de sistemas de saúde, foi de 5,8 dias, em 2017, e caiu para 5,7 e 5,4 dias, em 2018 e 2019, respectivamente. Em 2020 essa média voltou a ser de 5,8, em 2021 elevou-se a 6,1 e em 2022 reduziu-se a 5,6 dias. Comportamento esse que pode ser explicado como reflexo da evolução da pandemia de Covid-19 nesses dois anos.

É possível que os demais indicadores- *Esperança de Vida ao Nascer*[5], *Expectativa de vida aos 60 anos de idade*[6] e *Taxa de Mortalidade Precoce (30 a 69 anos) decorrente de doenças crônicas não transmissíveis*[7] *(DCNT) (por 100 mil habitantes)*- também reflitam a evolução da pandemia da Covid–19 em 2021 e 2022 tal como aconteceu em 2020.

Objetivo Estratégico 3: Sociedade segura, com menos violência e criminalidade.
Ampliar a segurança de quem vive ou visita o Estado, fortalecendo a confiança na política de segurança e promovendo uma cultura de paz na sociedade, com foco na proteção à vida e ao patrimônio, no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas e armas, na adoção de tecnologias e ferramentas de inteligência atualizadas, no enfrentamento dos crimes contra a mulher e a dignidade sexual e na reintegração social dos egressos do sistema prisional.

No que diz respeito ao Objetivo Estratégico 3, os indicadores de 2022 apresentaram uma leve piora com relação ao ano de 2021, que pode ser atribuída em parte à retomada das atividades devido ao fim do processo de restrição à circulação de pessoas na política de controle da Pandemia do Covid-19. Esses pequenos aumentos, contudo, não foram suficientes para inverter a tendência de queda de todos os indicadores ao longo de um período maior de análise.

O indicador *Taxa de homicídio Doloso*[8] *(Por cem mil habitantes)* apresentou um comportamento oscilante no período recente. Em 2020, registrou um pequeno aumento de 3,35%, passando de 6,27 para 6,48 homicídios para cada 100.000 habitantes. No ano de 2021, voltou a cair 6,8%, atingindo o valor de 6,04. Em 2022 novamente aumentou cerca de 6,6%, atingindo o índice de 6,44, mantendo-se ainda abaixo do ano de 2020. Portanto foi mantida e reforçada a grande tendência de queda deste indicador, que no período de 2010 a 2022 teve uma diminuição total de 38,6%.

Já com relação ao indicador *Taxa de Roubo e Furto de Veículos*[9] *(Por cem mil veículos)*, houve uma diminuição no período de 2019 e 2020 (auge da crise) e um aumento de

[4] Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE - SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES DO SUS.
[5] Fonte: Fundação Seade.
[6] Fonte: Fundação Seade.
[7] Fonte: Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.
[8] Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.
[9] Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

12,92% no ano de 2021, quando atingiu o valor de 358,87. Em 2022 continuou a crescer, atingindo o valor de 413,66 (aumento de 15,27%). Esses aumentos devem ter sido impactados pela política de retomada das atividades após as restrições impostas pelo combate à pandemia da Covid-19. Contudo, quando se analisa um período maior de tempo, observa-se uma expressiva queda deste tipo de delito. Entre os anos de 2017 e 2022, houve uma diminuição da taxa, que passou de 615,37 para 413,66, o que representa uma redução total de 32,78%.

Com relação ao indicador *Taxa de Ocorrências Contra o Patrimônio por cem mil habitantes*[10], calculado com base no número de ocorrências praticadas contra os bens patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas, houve também um pequeno aumento, em 2021 em relação a 2020, de 2,56%, passando de 490,23 neste ano para 502,77 no ano seguinte. Considerando um período maior, de 2018 a 2021, observamos uma tendência de queda, com uma redução de 13 %, passando de 577,8 para 502,77. Ainda não está disponível o indicador para o ano de 2022.

Com relação à *taxa de Mortalidade por Acidentes de Transportes*[11] *(por cem mil habitantes),* não foram publicados dados mais recentes. Esse indicador apresentou melhora significativa no período recente: em 2012 a taxa registrada foi de 18,97 e em 2018 foram registradas 12,51 mortes por acidente a cada cem mil habitantes.

Objetivo Estratégico 4: Desenvolvimento Econômico promovendo o investimento, a inovação, o turismo e a economia criativa.

Este Objetivo Estratégico busca: i) criar oportunidades de emprego e renda, com ambiente favorável ao empreendedorismo e à atração de capital para investimentos, gerando incremento da inovação e da produtividade; ii) expandir e integrar a infraestrutura logística de acordo com as demandas da economia e da sociedade; iii) aproveitar o potencial turístico e da economia criativa no Estado; iv) expandir as ações voltadas ao desenvolvimento regional, a redução de desigualdades e o maior acesso aos bens e serviços públicos em todo o território.

São Paulo se destaca no cenário nacional pela sua diversidade e integração produtiva, que abrange vários setores estratégicos da economia criativa. A economia criativa é aquela que utiliza a criatividade e o capital intelectual como matéria-prima para gerar valor econômico. Nesse sentido, São Paulo possui uma forte indústria de bens de consumo duráveis e de capital, que demandam tecnologia e inovação, além de mão de obra qualificada. No ramo dos serviços, São Paulo concentra importantes polos de

[10] Fonte: Secretaria de Segurança Pública.
[11] Fonte: Fundação Seade.

conhecimento, como universidades, centros e parques tecnológicos, e uma variedade de atividades que exploram o potencial intelectual, criativo e cultural dos seus agentes.

Para acompanhar o Objetivo Estratégico 4 – Desenvolvimento Econômico promovendo o investimento, a inovação, o turismo e a economia criativa – foram definidos indicadores que refletem os seus principais fatores determinantes, tais como: o nível de crescimento econômico, a situação do emprego, a estrutura produtiva com base na tecnologia e o desempenho do turismo.

O primeiro indicador é o *Índice anual do Produto Interno Bruto real do Estado de São Paulo*[12] (base 2010 = 100). Esse indicador permite avaliar a evolução do desempenho econômico estadual. É importante destacar que esse indicador pode ser influenciado por diversos fatores, de modo que sua utilização tem a finalidade de monitorar a dinâmica do ambiente econômico como subsídio para orientar as ações governamentais. Uma análise do PIB do Estado de São Paulo revela uma trajetória de altos e baixos nos últimos anos. Após um período de expansão até 2013, o produto real paulista sofreu uma queda de cerca de 2,2% entre 2013 e 2016, em meio à crise econômica internacional. Recentemente houve uma recuperação do PIB paulista: em 2019 o indicador registrou um crescimento de 2,2%; ele cresceu 0,4% em 2020 e 5,9% em 2021. Em 2022 o PIB paulista manteve o ritmo de crescimento e fechou o ano com um aumento de 2,8%. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo setor de serviços, que cresceu 3,6%, enquanto a indústria teve um avanço modesto de 0,9% e a agropecuária apresentou uma leve retração de 0,3%.

O *Estoque de emprego formal do Estado de São Paulo*[13] é um indicador que mensura o número de vínculos de contratos de trabalho com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Esse índice permite acompanhar a evolução do nível de emprego do setor formal. A partir de 2014 houve uma retração no volume de contratações, com uma queda anual média de 2,2% entre 2014 e 2016. Isso reflete a queda da atividade econômica no Estado de São Paulo em decorrência da crise macroeconômica nacional. Em 2017, o indicador apresentou uma moderada estabilização. Entre 2017 e 2019 houve um crescimento de 528.853 vínculos empregatícios formais em São Paulo, representando um aumento relativo de cerca 4,02%. Já entre 2019 e 2020 houve uma redução absoluta no estoque de empregos formais em São Paulo em cerca 139.519 vínculos (-1,04%). Entre os anos seguintes (2020-2022), houve uma redução adicional no estoque de empregos formais em São Paulo em cerca 161.232 vínculos (-1,22%).

Outro indicador a ser considerado é o de *Exportações das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia*[14] (US$ bilhão FOB[10]). As exportações da indústria de transformação do Estado são analisadas com base em uma classificação da OCDE que considera o grau de intensidade tecnológica das atividades. As indústrias de alta e média-alta tecnologia

[12] Fonte: Fundação Seade.
[13] Fonte: Fundação Seade/ RAIS.
[14] Fonte: IBGE.

incluem setores como aeronáutica, farmacêutica, automotivo e químico. Em 2017, essas indústrias exportaram US$ 22,44 bilhões, valor que se manteve praticamente estável em 2018 e 2019, com US$ 23,21 e US$ 21,76 bilhões, respectivamente. Em 2020, devido à pandemia, houve uma queda expressiva nas exportações desses setores, que somaram US$ 16,09 bilhões. No entanto, em 2021 houve uma recuperação parcial e as exportações alcançaram US$ 20,48 bilhões.

Por fim, destaca-se o N*úmero de turistas internacionais que chegam ao Estado de São Paulo*[15]. A evolução do indicador demonstra que ocorreu expressiva queda no volume de turistas internacionais em 2009, possivelmente relacionada à crise financeira global. A partir de então, observa-se uma recuperação gradual e consistente do turismo internacional em São Paulo. Entre 2009 e 2018, o indicador cresceu em média 2,0% ao ano. Em 2019, o estado recebeu 2.358.979 turistas estrangeiros, um aumento de 4,80% em comparação com o ano anterior. No entanto, em 2020, devido à pandemia da Covid-19, houve uma redução de 26,88% nesse número, totalizando apenas 634.006 visitantes internacionais. Em 2021 e 2022, houve uma retomada parcial do setor, com a chegada de respectivamente 422.954 e 1.505.129 turistas internacionais.

Objetivo Estratégico 5: Desenvolvimento social garantindo os direitos individuais e coletivos e promovendo a autonomia plena.

Assegurar o acesso pleno à justiça e à cidadania, bem como ações governamentais integradas no atendimento às necessidades dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Reduzir todo tipo de desigualdade, fomentando a inclusão social e a geração de autonomia para o desenvolvimento de potencialidades pessoais e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Para que haja justiça social entre os cidadãos de um território faz-se necessário garantir uma vida digna para todos, independentemente de sua origem, classe, raça e demais diferenças. Neste sentido, são aspectos fundamentais para mapear a situação geral da população o acesso ao trabalho justo e íntegro, a garantia de um estilo de vida que permita o envelhecimento saudável e a oferta de serviços essenciais como saúde, educação e segurança. Assegurar os direitos de cidadania por meio das políticas sociais é de suma importância, principalmente para os segmentos de menor renda, historicamente preteridos, tanto no acesso a serviços quanto na qualidade de vida.

Dentre os indicadores do quinto Objetivo Estratégico apontados no PPA 2020-2023 que apresentam informações atualizadas, o *Índice de envelhecimento*[16], que mede a proporção de pessoas de 60 anos ou mais para cada 100 crianças e jovens de 0 a 14 anos, estava em 78,13%, passando então para 81,11% no ano seguinte e 83,88% em 2021. Atualmente, as projeções para 2022 apontam que há 86,7 idosos para cada 100

[15] Fonte: Anuário Estatístico do Turismo.
[16] Fonte: Fundação Seade.

crianças ou jovens. Reforça-se, assim, a tendência de aproximação das duas parcelas, resultante da queda da fecundidade e maior sobrevivência da população.

Um outro indicador, este visando mapear oferta de serviços para adolescentes infratores, especificamente o cumprimento de medida socioeducativa em meio privativo de liberdade no território paulista, refere-se ao *Atendimento de adolescentes/jovens pela Fundação Casa*[17]. Enquanto em 2019 a média mensal era de 9.229 atendimentos, este volume apresentou queda considerável no ano seguinte, contando com 6.402 atendimentos mensais, para então seguir a tendência de queda em 2021, quando este número ficou em 5.986 e finalmente chegando em 5.604 atendimentos mensais em média ao longo do ano de 2022.

O indicador *Proporção de ocupados de 14 anos ou mais em situação de trabalho vulnerável*[18] pretende jogar luz sobre uma das dimensões do direito ao trabalho digno. Em 2019, este número estava em 28%, apresentando melhora no ano subsequente, indo para 26,9% e em seguida uma leve piora, cravando 27,2% de ocupados de 14 anos ou mais em situação de trabalho vulnerável em 2021. Infelizmente não houve atualização deste dado para o ano de 2022.

Já o indicador *Pessoas de 15 a 17 anos do 1º Quintil de rendimento per capita que frequentam a escola*[19] busca medir o acesso e a frequência no sistema educacional do segmento mais pobre da sociedade. Embora de extrema relevância, este indicador não recebe atualizações desde 2020. Anteriormente a isso, apresentou, em 2017, o valor de 82,6%, com sutil melhora posterior, chegando a 83,9% em 2018 e leve queda em 2019, ficando em 83,6%.

Objetivo Estratégico 6: Qualidade de Vida Urbana, com Moradia Adequada e Mobilidade

Ampliar a oferta de moradias com acesso à rede de serviços urbanos e inseridas em territórios com transporte de qualidade. Intensificar as operações de fomento e novos instrumentos para viabilização de moradias dignas, urbanização e regularização fundiária, bem como fomentar, em especial, o transporte integrado e o investimento em saneamento.

O indicador *Número de passageiros do transporte metropolitano estadual*[20] *em bilhões de passageiros por ano (incluindo Metrô, CPTM e EMTU)* tem apresentado oscilações significativas no quadriênio recente. Após registrar aumento considerável do número de passageiros entre 2021 e 2020 (de 1,97 bilhões, frente a 1,66 bilhões no ano anterior), em 2022 houve diminuição de 11,7% no volume total transportando, passando-se para 1,74 bilhões de passageiros - pouco mais da metade do pico de 2,96 bilhões de passageiros transportados em 2019.

17Fonte: Fundação Casa/ Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA), Secretaria de Orçamento e Gestão (SOG).
18 Fonte: PNAD (IBGE), Fundação Seade.
19 Fonte: PNAD (IBGE), Fundação Seade.
20 Secretaria de Transportes Metropolitanos / Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

Além do grande impacto da pandemia de Covid-19 a partir de 2020, com ondas de contaminação ainda em 2022, o cenário econômico desafiador e mudanças possivelmente duradouras nas relações de trabalho e de educação (aumento de teletrabalho e de ensino à distância, por exemplo) trazem complexidade às questões relativas ao transporte público metropolitano. As oscilações parecem denotar um contexto em que, por um lado, o aumento da oferta de linhas e estações, recuperação econômica, diminuição das restrições sanitárias e mudanças de comportamento da população (privilegiando transporte público em detrimento de automóveis privados, por exemplo) contribuiriam para um aumento do número de passageiros. Por outro lado, as transformações tecnológicas já citadas e os impactos do aumento do custo de vida para a população podem impactar negativamente na demanda pelo transporte público metropolitano.

Em relação às condições habitacionais, no indicador de *Percentual de Domicílios com Carências Habitacionais*[21] - Déficit e Inadequação, o último dado disponível refere-se ao ano de 2019 e aponta que mais de um quarto dos domicílios paulistas (27,4%) possuem carências tais como: improvisação de paredes e coberturas, irregularidades fundiárias, tamanho insuficiente frente ao número de moradores, acesso insuficiente a serviços públicos (água, luz etc.), comprometimento muito alto da renda de responsáveis com aluguel, entre outros. Trata-se de valor superior em 1,5 ponto percentual em relação ao ano anterior (2018), observando-se grandes desafios para a política habitacional paulista.

Em termos de saneamento básico, o indicador de *Percentual de domicílios atendidos pela rede de esgotamento sanitário*[22] manteve índices praticamente estáveis em 2022 em comparação ao ano anterior: 91,9%, ante 92,2% em 2021.

Objetivo Estratégico 7: Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável

Fomentar o agronegócio paulista por meio de parcerias que assegurem a qualidade, produtividade e sustentabilidade da produção através de políticas públicas que favoreçam a renda do produtor rural e potencializem as vantagens competitivas regionais e locais.

Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e consumo sustentável implica no fomento ao agronegócio paulista por meio de parcerias que assegurem a qualidade, produtividade e sustentabilidade da produção, por meio de políticas públicas

[21] Fonte: PNAD (IBGE).

[22] É importante destacar que, em 2021, a atualização deste indicador foi feita a partir de informações da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, a partir do Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA). No sistema, o registro dessa informação diz respeito ao *percentual de domicílios atendidos pela rede de esgotamento sanitário* ***pela Sabesp***.

que favoreçam a renda do produtor rural e potencializem as vantagens competitivas regionais e locais.

Os quatro indicadores definidos para o acompanhamento deste Objetivo Estratégico têm a finalidade de fornecer informações para acompanhar o desempenho do agronegócio paulista, subsidiando a orientação das políticas governamentais. São calculados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Destaque-se que os últimos dados disponíveis se referem a 2021.

O primeiro indicador é o *Índice de Competitividade das Exportações do Agronegócio de São Paulo* (ano-base 2005 = 100). Esse indicador mede a evolução da quantidade e dos valores dos produtos agroindustriais exportados por São Paulo, capturando a dinâmica competitiva do agronegócio paulista no mercado internacional. Em 2021 foi de 161,4%, ultrapassando o valor do ano anterior, que ficou em 147,5%.

A segunda medida monitorada é o *Índice de Produtividade da Terra*. Trata-se de um indicador do tipo Laspeyres, que permite acompanhar a evolução da produtividade dos principais produtos da lavoura paulista. Em 2021 foi de 94,7%, abaixo da referência e do valor do ano anterior, que ficou em 102,8%.

O terceiro indicador é o *Índice da Produção Real*, que, diferentemente do indicador original Valor da Produção Real, foi corrigido pelo IPCA por uma decisão do IEA. Tal indicador mede a evolução da renda, dentro da propriedade agrícola, dos 50 principais produtos da agropecuária paulista separados em 5 grupos, considerando a produção e o preço médio recebido pelo produtor. Em 2021 foi de 393,1%, tendo superado os 328,9% de 2020. Este indicador segue tendência linear de crescimento nos últimos quatro anos.

A última métrica é o *Índice de Quantidade da Produção Agrícola*. Trata-se de um indicador que mensura a evolução produtiva dos principais agrupamentos da lavoura em São Paulo: culturas anuais; grãos; culturas perenes e culturas semi-perenes. Em 2021 foi de 94,2%, abaixo do valor do ano anterior, 102,4%.

A apuração mais recente dos indicadores que refletem o desempenho do Objetivo Estratégico 7, "Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável", coincidiu com o ano de recrudescimento da pandemia de Covid-19, o ano de 2021, em que variantes mais infectantes e letais do vírus afetaram ainda mais a saúde da população brasileira e paulista, bem como a economia nacional. Ainda assim, alguns indicadores como o Índice de Competitividade das Exportações do Agronegócio e o Índice da Produção Real apresentaram evolução positiva em relação ao primeiro ano da pandemia no Estado de São Paulo.

Objetivo Estratégico 8: Desenvolvimento sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população ante os desastres naturais

Promover a gestão harmônica do meio ambiente, dos recursos hídricos, do saneamento e da energia, desenvolvendo ações integradoras que promovam o desenvolvimento sustentável. Estimular o uso racional da água e de fontes renováveis de energia, além de ampliar os investimentos na proteção social ante os desastres naturais.

O verão bastante chuvoso de 2022 e início de 2023, se por um lado foi capaz de agregar um proveitoso volume de água nos reservatórios que abastecem o Estado de São Paulo e, sobremaneira, a Região Metropolitana de São Paulo – que sofreu com seríssimos problemas de desabastecimento nos últimos dez anos –, por outro contribuiu como causa na maior tragédia ambiental do Estado nos últimos anos, com desmoronamentos sucessivos em algumas praias do município de São Sebastião, ocasionando infortunadamente pelo menos sessenta e cinco mortes. Desta feita, as problemáticas ambientais, em especial nas relações intrínsecas e inexoráveis que engendram com a as atividades humanas, voltam à tona com prevalência renovada.

No fim desse ciclo de planejamento de longo prazo por meio do Plano Plurianual 2019-2023, resta fundamental que o Estado de São Paulo deve renovar com afinco e responsabilidade o seu compromisso com os pilares do desenvolvimento sustentável, a fim de suprir as necessidades atuais da sociedade – em especial dos mais carentes – sem deixar de assegurar os mecanismos de proteção de riscos ambientais e a segurança infra-estrutural dos seus cidadãos, resguardando, ainda, a capacidade das futuras gerações de atender às próprias necessidades. Como se vê, não se trata de um desafio pequeno.

Em relação ao primeiro indicador atrelado ao OE, que permite observar como têm evoluído as emissões e a influência da participação de energéticos de fontes renováveis na matriz energética, *Intensidade de emissão de Dióxido de Carbono (CO2) em Relação ao Produto Interno Bruto* (Em tCO2/mil R$), os últimos dados disponíveis são de 2021, expostos no Balanço Energético 2022, divulgado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA). Em 2021, foi registrado um resultado positivo, tendo fechado com o valor de 0,067, mantendo exatamente o patamar de 2021, e corroborando um positivo histórico de declínio desde 2012 (com um leve aumento em 2017). A queda da intensidade de emissão de CO2 por PIB no estado demonstra que, para uma mesma unidade de PIB produzido, tem sido emitido menos CO2 em São Paulo, o que denota a redução das emissões no setor produtivo.

O mesmo documento elaborado pela SIMA apresenta os resultados do segundo indicador vinculado a este Objetivo Estratégico, *Participação do Consumo Final de Energia Renovável no Total do Consumo Final de Energia*, cujo último resultado corresponde ao ano de 2021. Neste ano o indicador apresentou uma sensível queda em relação aos dados de 2020 e 2019: 58,5% em 2021 ante 62,4% em 2020, e 60,2% em 2019. Seria interessante investigar as razões dessa evolução.

O terceiro indicador é a *Soma dos percentuais de ótimo e bom no índice de qualidade da água* (IQA), que é composto por variáveis de qualidade que refletem a contaminação dos corpos hídricos ocasionada pelo lançamento de esgotos domésticos, fornecendo uma visão geral sobre as condições de qualidade das águas superficiais. Tal indicador registrou, em 2021 (ano do último dado disponível, obtido no Relatório de Qualidade Ambiental 2022, RAQ, elaborado pela SIMA), o valor de 69%, tendo mantido o valor alcançado em 2019 (em 2020 não houve tomada da pesquisa, por conta da Pandemia de Covid-19). Considerando que os resultados de 2018 e 2017 foram, respectivamente, 72% e 71%, é possível dizer que o Estado de São Paulo precisa redobrar seus esforços para reduzir a carga orgânica remanescente presente em efluentes domésticos, além de mitigar outros lançamentos e cuidar de carências nos sistemas de saneamento municipais, a fim de assegurar a boa qualidade da água.

Finalmente, o quarto indicador do Objetivo Estratégico 8, Óbitos de Acidentes Relacionados a Desastres Naturais, correspondente à soma de acidentes, óbitos e pessoas afetadas por acidentes decorrentes de eventos naturais, e também apresentado no RAQ 2022, registrou, no último dado disponível, de 2020, 52 fatalidades, num decréscimo positivo em relação ao ano de 2018, que registrou 84 fatalidades. Infelizmente, é impossível ler o dado mais atual sem considerar a tragédia recente no Litoral Norte de São Paulo que, ainda que tenha ocorrido no presente exercício e, evidentemente, fora da alçada deste PPA, deve indicar ações estratégicas e táticas para o Estado de São Paulo, nomeadamente o investimento e a capacitação das equipes de Defesa Civil, e o mapeamento e sistematização das áreas em algum tipo de risco ambiental no Estado, em especial geodinâmicos, com a adoção de instrumentos de alerta e aviso aos cidadãos, a fim de que o zelo pela vida, resultado essencial de toda e qualquer política pública, seja reinstituindo nessa seara, no Estado.

Objetivo Estratégico 9: Gestão Pública moderna e eficiente, comprometida com qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e transparência

Promover a eficiência da gestão pública por meio do uso de tecnologia, da intensificação de parcerias com a sociedade civil e da desburocratização e simplificação de processos. Aprimorar os métodos de avaliação dos resultados das ações do Estado.

Para o Estado, uma gestão pública inovadora é fundamental. Isso porque a efetividade, a eficácia, a eficiência e a economicidade dos recursos públicos são aspectos essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento econômico racional e sustentável. Além disso, o fortalecimento da capacidade de planejamento e de realização do Estado com qualidade e transparência é um fator importante para alcançar esses objetivos.

Uma boa gestão pública é medida pela *taxa de aderência entre o valor do orçamento planejado e do orçamento executado*[23] pelo governo estadual. Essa relação indica a capacidade de planejamento orçamentário e de realização do orçamento. Em 2020, a meta desejável era de 98% e o resultado atingido foi de 92,7%. Os dados referentes a 2021 e a 2022 não foram atualizados.

Outra importante dimensão da gestão pública é o desempenho da área de planejamento e gestão do estado. Esse desempenho é medido pelo *percentual de execução dos programas do PPA*[24], que é calculado com base na média do desempenho de cada um dos indicadores de resultado de cada programa do plano[25]. Em 2018 (ano em que foi fixado o valor de referência para a elaboração do atual PPA), essa taxa foi de 89,1%. Em 2020, o valor apurado foi de 81,0%. Em 2021 tivemos uma redução que levou a taxa para 79,0%, possivelmente em consequência das dificuldades enfrentadas durante a pandemia da Covid-19. Já em 2022 essa taxa subiu para 99,6%.

É provável que o melhor desempenho em 2022 tenha sido em parte devido ao significativo aumento na *receita corrente líquida*. A receita corrente líquida aumentou 17% (de R$ 197 bilhões para R$ 230 bilhões) entre os terceiros quadrimestres de 2021 a 2022. Além disso, a receita orçamentária no exercício de 2021, incluindo a intraorçamentária, alcançou o montante de R$ 305 bilhões, resultando em uma arrecadação superior à previsão em R$ 28 bilhões, ou seja, 9,16% maior do que o previsto, conforme o Balanço Geral do Estado de 2021 (p. 35).

Também foi avaliada a proporção de gastos com área meio em relação ao orçamento total do Poder Executivo estadual. Esse indicador mede a participação dos gastos (valores liquidados) em ações de apoio administrativo sobre o total de gastos do Estado. São excluídas as despesas com inativos, pensionistas, amortização da dívida, serviço da dívida, sentenças judiciais, transferências constitucionais, outros Poderes, defensoria pública, universidades e Fapesp. Em 2018 os gastos com área meio corresponderam a 3,6% do orçamento, valor que aumentou para 5,0% em 2021. Os dados referentes a 2022 não foram atualizados.

[23] Fonte: Coordenadoria de Orçamento (Secretaria da Fazenda).
[24] Fonte: Coordenadoria de Planejamento (Secretaria da Fazenda)
[25] Para calcular a média dos indicadores de resultado dos programas do Poder Executivo em 2022, foram excluídos aqueles que fogem da normalidade (outliers), ou seja, aqueles que registraram valores negativos ou inferiores a 27% ou superiores a 178%. Dos 228 indicadores, 36 foram identificados como outliers, o que equivale a 16% do total.

Seção II- Anexo de Metas de Prioridades da LOA 2022

I- Adoção do Novo Formato

No que se refere ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2022, vale destacar sua mudança de formato[26]. Prevista na Constituição de 1988, a LDO visa estabelecer a conexão entre o planejamento e o orçamento público:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Assim, a LDO tem a função de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), para operacionalização do Plano Plurianual (PPA) no curto prazo, a partir de um cenário econômico, político e social atualizado.

A CF/88 determina apenas que a LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, não necessariamente em formato de anexo. De acordo com diversos autores (Nascimento, 2009; Magalhães, 2010), o Anexo tem sido adotado pelo Poder Executivo desde 1990, como um instrumento que visa dar transparência às metas e prioridades para o ano ao qual a LDO se refere.

Quanto à importância da definição de metas e prioridades, na definição dos gastos públicos, reproduzimos abaixo trecho da Nota Técnica Conjunta n° 03/2007 da COFF/CD e da CONORF/SF, que subsidiou a apreciação do projeto da LDO Federal para o exercício de 2008:

> *O estabelecimento de metas e prioridades direciona a aplicação dos escassos recursos públicos, atribuindo primazia a certas ações, necessárias à atuação do Governo na promoção do crescimento econômico e no atendimento de demandas sociais importantes, daí a importância de sua inclusão na LDO. (BRASIL, 2007A, p.26).*

Contudo, nem sempre o Anexo de Metas e Prioridades é efetivo no cumprimento deste papel. A falta de efetividade do Anexo de Metas e Prioridades vem sendo objeto de críticas de estudos recentes sobre o sistema de planejamento e orçamento.

[26] Texto baseado na Nota Técnica ____.

> *O Sistema de Planejamento atual do país carece de melhorias, principalmente no que tange à figura do PPA, o qual vem perdendo cada vez mais espaço e importância no cenário das decisões políticas de governo. A problemática de funcionamento do instrumento PPA reflete diretamente no principal papel da LDO: estabelecer prioridades e orientar a LOA. Assim, o instrumento escolhido para transparecer as prioridades de governo, o Anexo de Prioridades e Metas da LDO, passa a ter sua utilidade e efetividade questionadas.* (Magalhães, 2010)

> *Em síntese, a baixa efetividade do AMP tem rompido o sistema de planejamento e orçamento constitucionalmente instituído, pois o elo entre esses dois instrumentos criado por meio do estabelecimento de metas e prioridades na LDO tem sido negligenciado. [...] Diante disso, faz-se necessária a criação de mecanismos que garantam a efetividade do AMP para que o sistema funcione na forma como foi idealizado na Constituição.* (Nogueira, 2012)

A Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989, por sua vez, não apresentou maiores inovações em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias:

§2º - *A lei* ***de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual****, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente,* ***orientará a elaboração da lei orçamentária anual****, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.*

No Governo do Estado de São Paulo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias conta com até quatro anexos, a saber:

- Anexo I – Metas Fiscais
- Anexo II – Riscos Fiscais
- Anexo III – Alterações do PPA na LDO
- Anexo IV – Metas e Prioridades

Ou seja, além dos anexos I e II que têm previsão na LRF e do Anexo IV, consagrado consuetudinariamente na administração pública brasileira, quando necessário, a LDO paulista também publiciza as revisões realizadas nos programas e produtos do Plano Plurianual.

O Anexo III está previsto no §1º, do Art. 18 da Lei nº 17.262, de 09 de abril de 2020, que instituiu o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023:

Art. 18, § 1º *- As revisões de que trata o "caput" deste artigo serão propostas pelo Poder Executivo, por meio dos projetos de lei dos orçamentos anuais, destacadas em anexo específico.*

Assim, a Lei que instituiu o PPA vigente do Estado de São Paulo prevê genericamente que eventuais revisões do PPA deverão ser publicadas nas leis orçamentárias, abrangendo as LDOs e as LOAs.

Simultaneamente, o artigo Art. 12 da mesma Lei coloca que:

Art,12. *As mensagens de encaminhamento dos projetos de lei do orçamento anual, no período abrangido pelo PPA 2020-2023, explicitarão, em demonstrativo específico, as metas de resultados de todos os programas e dos demais indicadores de produtos apresentados no PPA.*

Até o PLDO 2021[27,28], o Governo do Estado de São Paulo publicava no Anexo de Metas e Prioridades as metas de todos os Indicadores de Resultado de Programa e dos Indicadores de Produto (LOA e PPA) do Plano Plurianual. Se por um lado este expediente era importante para dar publicidade a todas as ações de Estado, por outro, ele não cumpria o objetivo do AMP de dar transparência ao Parlamento e à sociedade sobre as prioridades governamentais.

No PLDO 2022, o Governo do Estado de São Paulo propôs uma alteração no Anexo de Metas e Prioridades, trazendo um recorte de programas e produtos prioritários do Plano Plurianual. Para o acompanhamento destes programas e produtos foi organizada na então Secretaria de Orçamento e Gestão (DECRETO Nº. 66.017, de 15 de setembro de 2021) uma Assessoria Técnica:

Da Assessoria Técnica para o Plano de Metas

Artigo 35 - *A Assessoria Técnica para o Plano de Metas tem as seguintes atribuições:*
I - acompanhar a execução de políticas, projetos e programas de interesse do Governo;
II - acompanhar a execução dos projetos transversais prioritários;
III - coordenar a elaboração e acompanhar a execução do Programa de Governo, em articulação com a Secretaria de Governo;
IV - realizar estudos, efetuar análises de conjuntura e tratar dados e informações, com vista ao acompanhamento de assuntos relevantes e ao subsídio à tomada de decisões.

Assim, o recorte de programas e produtos prioritários, destacados no Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2022, passou a contar com um acompanhamento diferenciado, com a criação de um órgão público específico para esta atribuição.

Estudos realizados no âmbito do Departamento de Processos de Planejamento, da Coordenadoria de Planejamento, indicaram a necessidade de revisão do Anexo de Metas e Prioridades com vistas ao fortalecimento da atividade de planejamento governamental e à promoção da transparência fiscal. Extraímos o seguinte trecho de documento produzido por aquela área técnica:

Para que seja efetivo, o AMP deve relacionar uma quantidade pequena de iniciativas, acompanhadas da justificativa

[27] O Anexo de Metas e Prioridades apresentou esse formato extensivo nas LDOs 2002, 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014, 2015, 2017, 2018, 2019 e 2021.
[28] Não foram publicados Anexos de Metas e Prioridades nas LDOs referentes aos primeiros anos dos Planos Plurianuais, respectivamente: 2004 (PPA 2004-2007), 2008 (PPA 2008-2011), 2012 (PPA 2012-2015), 2016 (PPA 2016-2019) e 2020 (PPA 2020-2023).

da sua significância, e estas iniciativas devem ter a garantia de seu cumprimento.

Além disso, o estudo identificou as seguintes necessidades a serem satisfeitas pelo Anexo de Metas e Prioridades:

(i) Definição de parâmetros e critérios para a seleção das atividades priorizadas em termos conceituais e financeiros;

(ii) Garantia de efetividade na alocação e garantia de recursos para as atividades priorizadas;

(iii) Estabelecimento de limites para definição de prioridades e metas;

(iv) Garantia de que as atividades sejam priorizadas de acordo com parâmetros e critérios definidos;

(v) Submissão das atividades priorizadas à Secretaria de Governo, para análise e ajustes necessários, garantindo seu alinhamento às decisões estratégicas do Executivo;

(vi) Definição do Processo de indicação de Prioridades e Metas, incluído o critério (5) utilizado para sua seleção, podendo ser:

A. Projetos Estratégicos altamente prioritários (categorias A e B), identificados no Sistema de Monitoramento (http://www.monitoramento.sp.gov.br/). Alternativamente, além dos projetos categorias A e B, poderão ser também agregados outros projetos, considerando sua relação de precedência com os demais.

B. Programas ou Produtos e respectivas metas indicados pelos setoriais, segundo critérios e limites estabelecidos, e submetidos à Secretaria de Governo para consolidação do Anexo de Metas e Prioridades (APM).

(vii) Submissão das atividades priorizadas à Secretaria de Governo, para análise, aprimoramento e aprovação do AMP, segundo deliberações estratégicas do Executivo;

(viii) Prescrição de que os produtos e ações, priorizados no APM, tenham obrigatoriamente recursos orçamentários assegurados na LOA;

(ix) Determinação de que apenas mediante justificativa do Executivo e em razão de impossibilidade técnica ou legal, as prioridades e metas aprovadas sejam preteridas na LOA;

(x) Avaliação anual da efetividade do APM, através da comparação entre a execução orçamentária das atividades priorizadas e das que não foram consideradas prioritárias.

Destaca-se que alguns dos critérios apontados acima obtiveram avanços recentes no âmbito do Governo por meio da criação da Assessoria Técnica para o Programa de Metas, que realiza o acompanhamento das ações destacadas no último Anexo de Metas e Prioridades da LDO em intensa articulação com a então Secretaria de Governo.

Por fim, vale enfatizar que não houve prejuízo, para efeito de Prestação de Contas. O inciso II do Artigo 3º, do Capítulo I, Título I, do Livro II, da Instrução do Tribunal de Contas nº 01/2020, determina que o acompanhamento das contas anuais se dará mediante encaminhamento de informações, a respeito do acompanhamento e da avaliação dos resultados dos programas, aprovados por meio do Plano Plurianual, implementados no exercício, com as justificativas, no último quadrimestre, relativas ao não atingimento de metas. Ou seja, não restringe, nem exige, que a LDO apresente as metas de todos os produtos, para posterior prestação de contas.

Por meio do Anexo IV foram apresentadas as prioridades e respectivas metas da administração pública estadual, organizadas segundo os Objetivos Estratégicos do PPA 2020-2023. Além de orientar a alocação orçamentária na LOA, houve a intenção de indicar ao Parlamento e à sociedade o que a administração pública considerava prioritário no universo de produtos do Plano Plurianual, fortalecendo-se desta forma os mecanismos de transparência fiscal.

As metas dos indicadores de resultado de programas e dos indicadores dos demais produtos, por sua vez, constaram do PLOA 2022, especificamente no Anexo XIII – Metas Anuais dos Indicadores de Resultado e dos demais Indicadores de Produto. Assim, nenhuma informação de meta deixou de ser publicada com o novo formato da LDO.

Quanto à definição das metas do universo de produtos do PPA na LOA, entendeu-se que o processo de definição das metas saiu fortalecido, uma vez que as metas foram dimensionadas e estipuladas, no momento de elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, quando também foi definido o Valor Referencial de Custeio (VRC) e potenciais expansões orçamentárias para as ações setoriais. A definição das metas físicas se deu, portanto, em conjunto, com o dimensionamento dos recursos

orçamentários. Entende-se que, com essa nova dinâmica, se amplia a efetividade do AMP, fortalecendo seu papel como elo entre as esferas de planejamento e orçamento.

Espera-se que esta mudança de fluxo impacte positivamente o Índice de Efetividade da Gestão Estadual – IEG-E/TCESP, que mede a qualidade dos gastos do Estado e avalia as políticas e atividades públicas dos seus gestores. O IEG-E é composto por um conjunto de índices, dentre os quais o Índice Estadual do Planejamento (i-PLAN/TCE-SP), que avalia o equilíbrio entre as metas atingidas comparadas às metas planejadas. Dentre a cesta de indicadores que determina o i-Plan, destacamos que o seguinte indicador tende a se beneficiar desta revisão de fluxo: Equilíbrio da Execução Orçamentário – IEEO, que objetiva demonstrar a coerência entre os resultados obtidos em comparação às metas físicas e financeiras estabelecidas no planejamento orçamentário (A2).

Quanto à definição de um escopo no Anexo de Metas e Prioridades, houve o entendimento de que tal expediente tende a fortalecer a vinculação entre planejamento e orçamento e fortalecer os mecanismos de transparência fiscal, indo ao encontro das proposições recentes sobre a melhor utilização deste instrumento:

> *Estabelecer prioridades significa restringir o escopo, escolher entre os objetivos e metas já existentes, de modo a refletir o que, em um momento determinado, é mais significativo e importante para a sociedade brasileira. De forma análoga deve ocorrer a elaboração do Anexo de Prioridades e Metas da LDO, procurando estabelecer prioridades a partir de um universo de ações orçamentárias já existentes, tendo como parâmetro inicial um Plano maior, o Plano Plurianual - PPA. (Magalhães, 2010)*

Do ponto de vista estritamente técnico, estima-se que a definição das metas dos Indicadores de Resultado de Programa e de Produtos na LOA acarrete maior consonância entre a alocação dos recursos e definição das metas físicas, com ganhos de efetividade para o planejamento da administração pública estadual.

II – Execução das Metas

A respeito da execução das Metas, no caso daquelas ligadas ao ***Objetivo Estratégico 1: Educação de qualidade, inclusiva e transformadora, buscando o desenvolvimento pleno***, destaca-se a implantação da metodologia INOVA em 100% das Escolas da Rede Estadual. O programa engloba inclusão de disciplinas eletivas e de projeto de vida, além de incorporar inovações tecnológicas no ensino e aprendizagem, visando o desenvolvimento intelectual, emocional, social e cultural, a redução da evasão escolar e o fortalecimento da ação dos professores. Oferece novas possibilidades para professores no uso de tecnologia e melhorias em infraestrutura tecnológica.

No campo da tecnologia, vale destacar a entrega, em 2022, de Centros de Inovação da Educação Básica Paulista em Catanduva, Iguape, Araraquara, Carapicuíba, São José dos Campos, Itapecerica da Serra, Ilha Solteira, São Paulo (E.E. Albino Cesar) e Jundiaí (Parque das Crianças - Regime de Colaboração).

Paralelamente, foram entregues mais 889 escolas de ensino integral e 100% dos profissionais receberam formação para o ensino integral, com destaque para formação em Da Educação Integral ao Ensino Integral, Clubes Juvenis, Modelo de Gestão, Orientação de Estudos, Práticas, Tutoria, entre outras.

A meta de ampliação das vagas de ensino superior à distância foi superada, com a criação de 20 mil novas vagas.

Para a Meta do Ensino Técnico, foram ofertadas 188,9 mil vagas ofertadas nos cursos do NOVOTEC Expresso, Móvel, Virtual e Integrado (integrado na modalidade ofertada dentro das escolas estaduais).

No que se refere ao tema Escola + Segura, alcançou-se 4.983 escolas com videocâmeras espelhadas no Centro Integrado de Comado e Controle da Secretaria de Segurança Pública e na Secretaria da Educação, além de 5.100 escolas Plano de Melhoria da Convivência, através do MMC (Método de Melhoria da Convivência).

O Estado também atuou pela inclusão do Critério de Melhoria do Aprendizado Educacional no Índice de Participação dos Municípios no Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual (ICMS). O projeto de Lei 424/22 foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) no dia 09 de novembro de 2022.

No caso do ***Objetivo Estratégico 2 - Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso***, vale registrar que a Meta dos Mutirões de Saúde alcançou 225.942 atendimentos, exames e cirurgias realizadas, e a Meta do Remédio Agora e Remédio em Casa, 2,9 milhão de agendamentos.

Ademais, foram entregues duas novas unidades hospitalares (Hospital Pérola Byington e Complexo Hospitalar Cotoxó) e as obras do Hospital Manoel de Abreu em Bauru, do Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia, do Hospital Ilha Solteira, do Serviço de Ostomia Mogi das Cruzes, do Hospital Heliópolis, do Conjunto Hospitalar de Sorocaba e do CAISM Philippe Pinel. Novos Ambulatório Médico de Especialidades (AMEs) foram inaugurados, sendo um em Taubaté, com previsão de 9.856 consultas médicas por mês em atividade plena, e outro em Avaré, com capacidade prevista de 8.756 consultas médicas por mês em atividade plena.

No campo da saúde animal, foram construídas 2 Clínicas Pet, nos Municípios de Araçatuba, Votuporanga, e 23 Consultórios Pet.

O ***Objetivo Estratégico 3: Sociedade segura, com menos violência e criminalidade*** também mostrou avanços. Foram criados 17,4 mil postos de trabalho no Sistema

Prisional e instalados bloqueadores de sinais de celular em 2 unidades. No entanto, a meta de construção de 3 novas Unidades Prisionais não foi alcançada.

A meta do Programa Respeito à Vida formalizou 655 convênios com municípios para execução de ações de segurança viária.

Em Guarulhos, foi implantado um novo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (BAEP) e, em São José dos Campos, um Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM).

A respeito do **Objetivo Estratégico 4: Desenvolvimento Econômico promovendo o investimento, a inovação, o turismo e a economia criativa**, destacam-se a conclusão Museu do Ipiranga e a entrega da Fábrica de Cultura de Osasco, com início das atividades em junho, além da expressiva difusão cultural pelo interior do Estado, com a realização de 1.064 projetos do Juntos pela Cultura. O Programa de Investimento no Setor de Audiovisual de São Paulo (ProAV SP) permitiu a formalização financiamentos para de mais de 200 Empresas do Setor Cultural e Criativo. No caso do Turismo, destacam-se as 54 iniciativas de promoção e divulgação dos destinos turísticos do Estado pelo Programa SP pra Todos.

No âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 478.284 empresas foram capacitadas para o empreendedorismo pelo Programa EmpreendaSP. Simultaneamente, 242.069 vagas ofertadas nos programas de qualificação profissional.

Em Logística e Transportes, é importante registrar a conclusão do Trecho Serra da Rodovia dos Tamoios em março, a recuperação e pavimentação de 3.212 kms de Estradas Vicinais e recuperação, implantação e duplicação de 1.909 kms de Rodovias Estaduais.

Quanto ao **Objetivo Estratégico 5: Desenvolvimento social garantindo os direitos individuais e coletivos e promovendo a autonomia plena,** merece ênfase a implantação do Projeto Piloto para Promoção da Saída da População em Situação de Rua com Autonomia na Capital (Vila Mariana) e o atendimento de 9.798 famílias pelo Programa Prospera e de 511.716 beneficiários pelo Programa Bolsa do Povo.

Dentre as metas do ***Objetivo Estratégico 6: Qualidade de Vida Urbana, com Moradia Adequada e Mobilidade***, houve a entrega de 4,9 mil unidades habitacionais, de 4,8 mil lotes urbanizados e de 50,8 mil títulos de regularização fundiária.

O campo da mobilidade urbana apresentou inúmeros avanços. A Linha 15 Prata do Metro contou com a entrega da Subestação Iguatemi, da passarela de emergência à leste da Est. Jd. Colonial, da passarela de emergência à oeste da Est. Vila Prudente, da adequação do viário à leste da Est. Jd. Colonial e do viário à oeste da Est. V. Prudente, além do início dos testes com trem nos trechos de manobra (track switches) Leste e Oeste.

No caso do Linha 17 Ouro, houve a conclusão da instalação do alambrado de proteção ao longo do viário (na projeção da via do monotrilho) e contratação do Sistema de Alimentação Elétrica e Auxiliares. A Linha 2 Verde contou com emboque túnel de via

Novo Método Austríaco de Túneis (NATM) a partir do VSE (Ventilação e Saída Emergência) Falchi Gianini e do túnel de via NATM a partir do Poço Capitão.

Dentre as metas da CPTM, houve a entrega da Estação João Dias, em parceria com o setor privado, da Estação Bruno Covas/Mendes - Vila Natal - Funcionamento em horário integral (das 4h40 à meia-da Linha 9 Esmeralda e a conclusão - Revitalização LUZ (Ligação Sala São Paulo e Passarela rua José Paulino) da Linha 13 Jade.

No caso do veículo leve sobre trilhos (VLT) da Baixada Santista, iniciaram-se as obras dos trechos: 3 - Campos Sales x João Pessoa; 10 - Campos Sales x Carvalho Mendonça; 11 - Carvalho de Mendonça x Conselheiro Nébias; 4 - Dr. Cochrane x Vasconcelos Tavares e 5 - Vasconcelos Tavares x São Bento.

Por fim, vale destacar a compilação da Audiência Pública e ajustes nos documentos da licitação e na modelagem final, a finalização dos documentos licitatórios e do processo administrativo, com envio à PGE, e a formalização do Termo de Cooperação entre Ministério de Infraestrutura (União) e Governo do Estado (STM) da Meta do Trem Intercidades (TIC).

O **Objetivo Estratégico 7: Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo *sustentável*** mostrou seus avanços com a entrega de 15 Soluções Tecnológicas em Pesquisa Agropecuária e mais de 273 mil atendimentos aos Produtores Rurais com Ações de Adequação às Práticas Modernas de Gestão Rural.

Para o ***Objetivo Estratégico 8: Desenvolvimento sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população ante os desastres naturais***, é importante registrar o alcance de 91,89% de cobertura da população com coleta de esgotos na área atendível pela SABESP e de 86,2% no índice de tratamento de esgotos na área atendível pela SABESP.

No âmbito da Meta do Novo Rio Pinheiros, foram realizadas 108.061 novas ligações das moradias ao sistema de coleta de esgotos, foram retiradas 30.548 toneladas de lixo úmido e 256.350 m^3 de material dos corpos d'água. Para a meta Renasce Tietê, houve a contratação do projeto executivo para revitalização de parques e margens.

No caso da Meta dos Resíduos sólidos, houve a celebração de Protocolo de Intenções, para o desenvolvimento da gestão de resíduos sólidos, entre a SIMA e os consórcios: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (CIDAS); Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de São Paulo (CINDESP); Consórcio de Municípios da Região Central (CONCEN); Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira (CONSAUDE); Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável (CONDESU) e o Consórcio Intermunicipal Três Rios.

Adicionalmente, houve a concessão dos parques: Cantareira, Alberto Lofgren, Villa Lobos, Água Branca e Cândido Portinari.

Por fim, no âmbito do ***Objetivo Estratégico 9: Gestão Pública moderna e eficiente, comprometida com qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e***

transparência, merece registro: a entrega dos Escritórios Canal Direto SP+Perto, nas Regiões Administrativas de Bauru e Registro; a formalização de 472 parcerias pela Secretaria de Desenvolvimento Regional e de 515, pela Secretaria da Agricultura, , com as Prefeituras, visando à incorporação de Critérios Meritocráticos na relação do Estado com os Municípios; a criação da Controladoria Geral do Estado; e a extinção da Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN), Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP) e do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (DAESP).

Seção III – Análise de Desempenho dos Programas

Objetivo Estratégico 1 – Educação de Qualidade, inclusiva e Transformadora, buscando o desenvolvimento pleno.

Para o atingimento deste Objetivo Estratégico, as iniciativas educacionais do Estado aparecem prioritariamente em duas secretarias: na Secretaria da Educação, que partilha as entregas de Educação Básica com o Centro Paula Souza (CPS), especificamente o Ensino Médio, e na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que, além do ensino técnico do CPS, também congrega os esforços na Educação Superior com a área tecnológica (FATECs) e as quatro universidades públicas paulistas (USP, UNESP, UNICAMP e UNIVESP).

Na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC), um ponto importante a ser destacado é que, na formulação de seus produtos, é possível encontrar diversos indicadores cuja execução está diretamente vinculada às atividades presenciais. Por essa razão, várias destas atividades precisaram ser reorganizadas, devido à pandemia da COVID-19, iniciada em 2020, cujos impactos sentimos até os dias atuais.

No que diz respeito ao *Programa 800 - Aprendizagem de Excelência e Equidade*, apenas um, de seus três indicadores de resultado, obteve bom desempenho. O percentual de *proficiência em língua portuguesa e matemática* passou de 25,40% para 26,20% em 2022. Já a *Taxa de reprovação e abandono* passou de 0,61 em 2021 para 1,94 em 2022. Comparando-se estes dados pode parecer que a situação geral piorou em um ano, mas, por conta da reformatação dos índices de frequência e aprovação, bem como a extensão do ciclo de ensino de 2020 para 2021, essa comparação fica prejudicada, uma vez que, somente agora, com o retorno das atividades presenciais e a normalização do ciclo de ensino, estamos podendo mensurar o real impacto da pandemia de COVID-19 no âmbito da educação. Em relação aos produtos deste programa, cabe destaque para o EJA – *Educação de jovens e adultos e atendimento escolar para públicos específicos*, que obteve uma média de 216.294,91 alunos/mês, frente aos 238.024 alunos/mês de 2021, porém com 45% de concluintes do ensino médio, resultado muito superior que os 29,55% do ano passado. Logo, mesmo os indicadores que apresentaram desempenho inferior ao projetado, auxiliam na identificação dos pontos de melhoria, possibilitando o planejamento de ações voltadas para o aprimoramento do programa.

Ao longo de 2022, percebemos progresso significativo em alguns produtos: o *Percentual de Alunos que Realizaram a Avaliação de Sistema no Total da Séries em que se Realizaram as Provas*

*na Rede Estadua*l, por exemplo, alcançou 84,93%, atingindo 96% da meta prevista para o ano, diferentemente de 2021, que o mesmo percentual alcançou apenas 77,33%. Vale destacar também o *Número de Alunos com Jornada Escolar de 7 horas ou mais*, que passou de 447.468 alunos em 2021 para 832.248 em 2022. Em relação às *Atividades Complementares ao Currículo e Conexão com a Comunidade Escolar*, o *Número de Alunos Participantes em Projetos de Enriquecimento Curricular* em 2021 foi de 3.376.753. Em 2022, esse número foi de 8.153.164, ou seja, mais que dobrou no espaço de um ano. Cabe ressaltar que esse aumento substancial só foi possível por conta da retomada total das atividades presenciais, além de ter tido participação expressiva de alunos na Olimpíada Brasileira de Matemática das escolas públicas, cuja adesão foi de 2.990.290 no ano de 2022.

Em relação ao *Programa 815 - Gestão Institucional da Secretaria da Educação*, o exercício de 2022 foi o primeiro ano de normalidade das atividades letivas, após 2 exercícios intensamente impactados pela pandemia da COVID-19. Este contexto reflete-se na recuperação dos desempenhos dos indicadores que acompanham a prestação de serviços contínuos, como alimentação e transporte escolar; ainda que a atipicidade do período prévio venha a impactar o resultado do PPA, a aderência entre execução e metas durante o ano 2022 mostrou de maneira inequívoca que a normalidade está restabelecida. Já os indicadores de infraestrutura escolar, ainda que alcançando números significativamente inferiores ao total inicialmente previstos, vêm apresentando aumento de execução ano após ano, algo que deve ser compreendido dentro do contexto de revisão da natureza das intervenções físicas executadas. Isto porque, a SEDUC tem migrado cada vez mais de intervenções de infraestrutura de natureza pontual, para reformas gerais e estruturantes, de modo que o valor médio por intervenção tem aumentado de maneira significativa. Esta nova perspectiva deverá ser incorporada na produção de metas para o próximo PPA, uma vez que o que foi estabelecido para o período atual, levou como base uma série histórica que partia de outros princípios.

Os indicadores de resultado do programa, *Número de Ambientes Pedagógicos do Currículo Paulista* e *Número de Processos Automatizados para Eficiência,* nos permitem avaliar que, mesmo diante das dificuldades em se adequar ao novo cenário, a Secretaria da Educação conseguiu superar todas as metas. O P*ercentual de absenteísmo docente* ficou em 8,04% (polaridade menor-melhor), inferior ao valor de 11,05%, projetado para o ano. O *Número de processos automatizados para eficiência* se manteve em relação ao ano anterior; o *Número de ambientes pedagógicos para implementação do currículo paulista* atingiu 459% do projetado para o ano, contemplando 5.277 escolas. Contribuindo, diretamente para o desempenho do

Objetivo Estratégico, destacamos também os produtos *Alimentação Escolar Oferecida aos Alunos da rede Estadual* e T*ransporte Escolar Regular e Especializado Garantido*, que obtiveram resultados satisfatórios, alimentando 2.852.394 alunos/mês e transportando 9,3%/mês dos alunos da rede estadual.

Ao avaliar os dois programas finalísticos da SEDUC, fica claro a busca de alternativas na realização das atividades e o empenho em realizar ajustes na prestação dos serviços de apoio, que organizam o planejamento e o amadurecimento das ações de médio e de longo prazo.

Com relação à atuação do Centro Paula Souza, inserido no *Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica (1039)*, o cenário pós-covid-19, gerou problemas como desistências, trancamentos de matrícula e não conclusão de estágios, impactando o *Número de concluintes de cursos técnicos oferecidos pelo Centro Paula Souza*, cujo desempenho foi de 72,80% da meta estipulada, ou seja, dos 78.963 concluintes esperados, 57.488 finalizaram os cursos técnicos.

Ao mesmo tempo, a continuidade de vagas ofertadas para o ensino médio no vestibulinho, ocasionou um desempenho de 149,53% do *Número de concluintes do ensino médio oferecidos pelo Centro Paula Souza,* alcançando 2.841 concluintes, frente aos 1.900 projetados para 2022. Estas vagas ofertadas também contribuíram para o desempenho acima do esperado *do Número de matrículas no ensino médio do Centro Paula Souza*, que atingiu 137,70% da meta, alcançando 7.962 matrículas.

Apesar da melhora nos indicadores de resultado, os impactos da COVID – 19 ainda puderam ser sentidos no *Número de matrículas no Novotec Integrado oferecido pelo governo no Estado de São Paulo*, pois, apesar de o número de matriculados ter quase atingido a meta estipulada, houve uma taxa maior que a esperada de desistências, trancamentos de matrículas e reprovações nas séries subsequentes às séries iniciais, acarretando 89,13% de atingimento da meta para o período.

No âmbito do *Programa 1043 – Ensino Público Superior*, cabe destaque para o restabelecimento da normalidade das atividades e a consolidação do protagonismo do ensino superior frente à crise sanitária, ratificando a importância das Universidades no amparo à sociedade. Porém, os efeitos decorrentes da COVID-19 continuaram impactando o alcance de algumas metas, como a queda do número de teses e dissertações defendidas e a extensão dos prazos para a finalização dos trabalhos, que sofreram o impacto com o fechamento das instituições em 2020 e parte de

2021, além das várias adversidades que impactaram a vida acadêmica e as condições de saúde de professores e alunos nesse período, além da menor disponibilização de cursos de extensão.

Nesse ambiente de adversidade, *o* número de *Mestres e doutores titulados no ensino superior* atingiu 81,58% da meta estabelecida, ou seja, dos 12.949 mestres e doutores esperados, foram titulados apenas 10.564. A razão para esse resultado é explicada pela necessidade de extensão dos prazos, no intuito de finalizar os trabalhos que sofreram impacto na época de fechamento das instituições. Já o número de *Alunos matriculados na extensão universitária e em serviços à comunidade*, alcançou 67,48% da meta prevista, obtendo apenas 35.210 alunos matriculados, frente aos 52.175 alunos esperados, por conta da menor disponibilização de cursos de extensão.

Ainda diante deste cenário de incerteza econômica, cabe destacar o aumento dos esforços focados na graduação à distância, como o aumento do número de *Alunos concluintes no ensino superior público à distância e semipresencial* em relação à 2021, saindo de 1.940 para 5.084. Também houve aumento em relação a 2021 do número de *Alunos concluintes da graduação*, saindo de 11.800 para 19.554 alunos em 2022.

Objetivo Estratégico 2 – Saúde Pública Integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso.

Este objetivo estratégico está relacionado à Secretaria da Saúde. Ao analisar seus programas do PPA, sob a ótica deste objetivo, verifica-se que, em 2022, todo o sistema necessitou ser reorganizado. Ao analisarmos o desempenho de seus programas, diante do cenário desafiador imposto pela persistência e recrudescimento da pandemia de COVID-19, verificamos o comprometimento de algumas entregas e a intensificação de outras.

No contexto do *Programa 930 - Atendimento Integral e Descentralizado do SUS no Estado de São Paulo*, os índices que medem o resultado do programa atingiram desempenho satisfatório diante das metas estipuladas e apresentaram ligeiro crescimento ao compararmos com o ano de 2021. O *Percentual de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal* aumentou de 80,6% para 81%; a *Participação das internações em unidades hospitalares sob gestão estadual no total de internações no SUS no estado* obteve um acréscimo de 1,8% em relação ao ano anterior, atingindo 45,8% em 2022 e o número de *Consultas médicas de especialidades por habitante* saltou de 1,56 para 1,91.

Alguns produtos contribuíram de maneira mais direta para que esses resultados fossem alcançados, o *Apoio técnico e financeiro aos municípios para a Atenção Básica* assistiu aos 645 municípios do estado, cumprindo 100% da meta esperada, *e o Percentual de internações por causas sensíveis à atenção básica no total de internações, atingi*u 14,5%, o que corresponde a 101,37% da meta esperada para o ano. O *Percentual de municípios sede de unidade prisional com equipe completa de saúde de acordo com os parâmetros da deliberação CIB 62/2012* alcançou 48%, o equivalente a 111,63% da meta programada. O ac*esso a* medicamentos pela população*,* medido *através do Percentual* de d*isponibilidade de medicamentos de extrema relevância nas farmácias de unidades públicas* atingiu 91,5% e a *Taxa de acesso aos medicamentos pela população cadastrada em serviços de saúde da administração direta e indireta* atingiu 95,6%. Também apresentando bom desempenho, os *Atendimentos de reabilitação realizados pela Rede Lucy Montoro* totalizaram 601.923 atendimentos, representando 111,55% da meta estipulada.

Em contrapartida, os atendimentos hospitalares apresentaram índices abaixo do planejado: o número de *Atendimentos de saúde de alta e média complexidade da administração direta e indireta* realizados totalizou 9.001.292 (80,85% da meta prevista); o número *Atendimentos de saúde de alta e média complexidade nos serviços contratados e conveniados sob gestão estadual* totalizou 7.625.370 (91,82% do planejado) e o número de *Atendimentos de saúde de alta e média complexidade das unidades gerenciadas pelas Organizações Sociais de Saúde -OSS,* totalizou 10.085.035 (75,91% da meta programada). Observa-se que os hospitais gerenciados pelas OSS tiveram um alcance inferior em relação às metas programadas dos demais tipos de gestão. Ainda em referência aos produtos relativos aos atendimentos hospitalares da direta e indireta, das OSS e de PPP, verifica-se que o indicador que mensura o *Índice de satisfação do usuário,* alcançou, na média, 126,35% das metas planejadas. Exceção feita ao produto *Atendimentos de saúde de alta e média complexidade nos serviços contratados e conveniados sob gestão estadual*, que não implantou este indicador em seus planos de trabalho, o que ocorrerá a partir de 2023.

O Programa 932 - *Vigilância em Saúde*, tem como função desenvolver ações para o enfrentamento de doenças, dos riscos e agravos existentes e das condições de saúde da população, em consonância com as características regionais e os princípios e diretrizes do SUS. Verifica-se que dos quatro indicadores de resultado, três obtiverem bom desempenho: a *Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas oportunamente, a partir da data da notificação* atingiu 96,73%, em função do impacto ocasionado pelos casos de COVID-19 e de MONKEYPOX; o indicador *Mortalidade prematura por*

doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), sendo doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas e o *Percentual de resultados de sorologia liberados em tempo oportuno para o diagnóstico de sarampo e rubéola* alcançando, na média, 100,3% das metas planejadas. Somente o indicador de *Cobertura da vacina tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba- SRC) em crianças de 1 ano* teve o resultado programado comprometido, com apenas 78,6% de cobertura, representando 82,80% do esperado para 2022. Esse percentual foi o resultado de diversas ações do Estado, em conjunto com municípios, objetivando aumentar a cobertura vacinal, que vinha decaindo nos últimos anos.

Os produtos do programa 932, de maneira geral, apresentaram bom desempenho: cabe destaque para a *Imunização contra doenças imunopreveníveis*, que aplicou 73.885.001 doses de vacinas, alcançando 230,89% da meta pretendida. Outro indicador que chama a atenção é o *Número de casos de doenças de notificação compulsória notificados*, que registrou 13.435.866 casos de notificações, diante dos 4.350.001 projetados. Esse resultado deixa claro como a COVID-19 continua impactando alguns índices mesmo após 2 anos de pandemia.

Ainda na área da Saúde Pública, no contexto do Programa 942 - *Capacitação e desenvolvimento de pessoas na área da saúde*, o *Percentual de servidores estaduais da administração direta capacitados pelo grupo de seleção e desenvolvimento de recursos humanos* atingiu 12,32% no ano de 2022, apresentando resultado de 616,14% em relação à meta programada de 2%. O atingimento desse percentual se deu por conta do aumento significativo das capacitações em EAD (ensino à distância), dessa forma a Secretaria da Saúde conseguiu expandir suas ações de treinamento a um patamar superior ao planejado. Podemos notar o resultado dessa adequação das capacitações no *Número de profissionais atualizados em conhecimento técnico-científico em saúde*, que alcançou 1.062 profissionais, frente aos 150 planejados para o ano.

Objetivo Estratégico 3 – Segurança para a sociedade usando ferramentas de Inteligência no combate à criminalidade.

No campo da Administração Penitenciária, houve queda de 3,55% (7.182 pessoas) na população carcerária ao longo de 2022, ano em que ocorreu a abertura de duas novas unidades prisionais (**Gália-Penitenciárias I e II**). No programa *3813 - Gestão da Custódia da População Penal*, era previsto, para o ano de 2022, a operação compartilhada de duas unidades prisionais, já construídas pelo estado, em parceria com a iniciativa privada (*Produto Gestão Compartilhada da*

Operação das Unidades Penitenciárias de Regime Fechado). No entanto, sentenças judiciais impediram a concretização da iniciativa e, até o momento, as unidades permanecem sob gestão exclusiva do estado, assim como já havia ocorrido no ano anterior. Os dois indicadores que avaliam o desempenho do programa atingiram as metas esperadas para 2022. A *proporção de retorno nas saídas temporárias* alcançou 96,22% e a R*azão entre custodiados e agentes de segurança*, *escolta e vigilância sanitária* ficou em 6,67, atingindo 92,30% da meta prevista.

Os avanços na realização das teleaudiências continuaram em 2022, com todas as 181 unidades[29] da SAP contando com sistema de videoconferência. Essa medida refletiu no P*ercentual de sessões realizadas por teleaudiência criminal,* que atingiu 91,59%, obtendo resultado de 551,81% se comparado à previsão para o ano. Isso pode ser explicado pelas muitas ações na área de tecnologia implementadas desde o advento da pandemia, colaborando com a mudança das audiências e reuniões presenciais para o formato virtual. As ferramentas virtuais possibilitaram a participação dos presos em audiências, atos processuais, além de contato virtual com oficiais de justiça, advogados e defensores públicos. O *Percentual de unidades prisionais em regime fechado com automatização das celas* apresentou boa performance, chegando a 95,04%. Quanto ao *Fortalecimento do sistema de inteligência e segurança interna do sistema prisional penal,* não houve registros de unidades com serviço de reconhecimento facial, pois o processo ainda segue em fase de cadastramento para licitação.

O Programa *3814 - Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e Seus Familiares* demandou, na pós pandemia, a adoção de inovações para o cumprimento das metas e objetivos. Diferentemente do que ocorreu em 2020 e 2021, os indicadores de resultado tiveram, em sua maioria, desempenho acima do esperado. Por exemplo, houve expansão das centrais de penas e medidas alternativas em Santa Fé do Sul, Cafelândia, Porto Ferreira e Osasco. Havia, ainda, grande número de pessoas aguardando entrevistas e encaminhamento para o início do cumprimento de pena. O estabelecimento de força tarefa para dar vazão aos trabalhos que estavam represados no Tribunal de Justiça foi necessário, contribuindo também para o desempenho acima do previsto.

Em 2022, os eventos e ações para promoção da empregabilidade foram retomados. Foram realizadas 244 ações, entre visitas e reuniões com diversos parceiros e estabelecimentos penais. No entanto, tais medidas ainda não foram suficientes para reverter o quadro geral da oferta de vagas, que atingiu somente 27,64% da meta esperada para o ano. Algumas entidades parceiras

29 16 Centros de Progressão Penitenciária, 43 Centros de Detenção Provisória, 22 Centros de Ressocialização e 1 (uma) unidade de Regime Disciplinar Diferenciado, 96 penitenciárias e 3 hospitais. Obs: Há 3 unidades (CDPs) em construção: Aguaí, Riversul e Santa Cruz da Conceição.

do Programa de Penas e Medidas Alternativas já haviam fechado as portas em razão da pandemia, e outras não mais demonstraram interesse em dar continuidade às parcerias estabelecidas.

As atividades presenciais da educação formal foram retomadas em fevereiro, mas ainda sofrendo os efeitos da pandemia. Houve um esforço para recomposição das vagas de monitores, quadro que havia sido drasticamente reduzido no ano anterior (*Produto Educação e Cursos de Qualificação Oferecidos Para o Mercado de Trabalho*). Quanto à gestão das penas alternativas (*Produto Gestão de Penas e Medidas Alternativas*), houve melhora de desempenho em relação ao anterior. O *Número de vagas de trabalho para penas e medidas alternativas* totalizou 41.171, desempenho de 95,75%. Ainda assim, o Número de visitas técnicas realizadas às unidades da SAP e entidades parceiras somou 462 e não atingiu a meta pretendida para o ano, alcançando somente 64,17% do número pretendido.

No âmbito da Secretaria de Segurança Pública, em relação ao Programa *1801- Aprimoramento da Polícia Judiciária*, quase todos os indicadores atingiram a meta proposta para o ano de 2022, com exceção apenas para a *Formação e Capacitação de Profissionais,* pois, apesar da estrutura de formação contar agora com formato híbrido (presencial e remoto), os cursos de aperfeiçoamento (CEAS), capacitaram mais de quinze mil servidores no ano anterior e, até que esses policiais sejam promovidos, não irão realizar novamente o mesmo curso. Além disso, a eventual criação de turmas dos cursos de formação depende exclusivamente da nomeação de aprovados em concurso público. No polo positivo, destaca-se o produto de *Expansão e Adequação da Infraestrutura*, com atingimento de 175% da meta, causado pelo aumento do orçamento em relação aos anos anteriores. Houve ainda diminuição na quantidade dos imóveis utilizados, devido ao leilão de alguns prédios pela fazenda pública e a transferência de imóveis para outras instituições, para melhor aproveitamento dos bens do estado. Cabe também ressaltar o produto *Registros Digitais de Ocorrências* que atingiu 146,65% da meta, totalizando 5.132.738 de registros eletrônicos realizados por cidadãos. Em decorrência da pandemia de Covid-19, desde 2020, objetivando evitar o contato pessoal e possível contaminação, a Delegacia Geral de Polícia alterou o rol das ocorrências da Delegacia Eletrônica, incluindo todas as naturezas criminais, exceto morte; latrocínio; estupro; sequestro e cárcere privado e situação de flagrância (crime, infração de menor potencial ofensivo e ato infracional). Essa ferramenta superou todas as expectativas para o registro de ocorrências, causando o impacto mencionado, principalmente devido às subnotificações criminais que outrora ocorria. Tal facilidade no registro de ocorrências pelo cidadão tornou-se uma constante que veio para ficar e o inexorável aumento do indicador será notado nos próximos anos.

O *programa 1814 -Polícia Técnico-Científica,* apresentou índice de 58,56% de perícias concluídas, totalizando 60,92% do previsto para o ano. Esse resultado é creditado ainda a possíveis consequências da pandemia de covid-19, pois a força de trabalho foi comprometida de forma variada, impactando nos hábitos de vida e de trabalho, acarretando grande variação na frequência da expedição de laudos. Além disso, mudanças nas diretorias dos institutos pode ter influenciado no comportamento da expedição de laudos. No produto *Expansão e Adequação da Infraestrutura*, houve suplementação orçamentária significativa no segundo semestre, podendo-se dar início a grandes obras, tais como as construções das unidades de São José do Rio Preto, Bauru e Presidente Prudente, que estão em andamento. Outras ainda encontram impedimentos e deverão ser iniciadas no ano de 2023.

Sob a ótica deste Objetivo Estratégico, ainda temos o *Programa 1819 – Proteção e Defesa do Cidadão*, que visa aumentar a percepção de segurança da população no Estado de São Paulo por meio da atuação ostensiva e preventiva da Polícia Militar em todos os 645 municípios do estado, promovendo a disseminação da filosofia de polícia comunitária, direitos humanos e gestão pela qualidade, com finalidade de ampliar a eficácia, a eficiência e a efetividade dos serviços públicos prestados à população. Para auxiliar nos atingimentos dos objetivos, a Polícia Militar elaborou um Plano de Comando, com mesma vigência do PPA, ou seja, voltado ao quadriênio 2020-2023, que foi disseminado nos escalões gerenciais para favorecer o desempenho do programa. Todos os indicadores atingiram ou superaram as metas estipuladas para o ano de 2022. Destacam-se as ações de comunicação institucional, com aperfeiçoamento das estratégias implementadas no uso das mídias sociais, cujo foco principal é a promoção da educação para a segurança. Nesse sentido, a quantidade de produtos de comunicação desenvolvidos aumentou pela otimização da produção, estudos sistemáticos das métricas das plataformas e delineamento das necessidades em planos de ação. Essas medidas proporcionaram o fortalecimento da prevenção primária e o estímulo a condutas capazes de impactar positivamente na segurança pública, sendo certo que as formas diversificadas desses produtos buscaram atender de forma convergente aos interesses dos usuários nas mídias sociais, ampliando, consequentemente, a aproximação entre a PMESP e a sociedade, o conhecimento das ações institucionais e o fomento da almejada percepção de segurança.

Objetivo Estratégico 4 – Desenvolvimento Econômico promovendo o investimento, a inovação, o turismo e a economia criativa.

Este Objetivo Estratégico apresenta quatro grandes metas: criar oportunidades de emprego e renda, com ambiente favorável ao empreendedorismo e à atração de capital para investimentos,

gerando incremento da inovação e da produtividade; expandir e integrar a infraestrutura logística, de acordo com as demandas da economia e da sociedade; aproveitar o potencial turístico e da economia criativa no Estado e, por fim, expandir as ações voltadas ao desenvolvimento regional, à redução de desigualdades e ao maior acesso aos bens e serviços públicos em todo o território.

Após a Administração Pública promover diversos ajustes e adaptações nas estratégias de investimentos anteriormente traçadas, o *Programa 1015-Ciência, tecnologia, inovação, produtividade e competitividade*, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), registrou vinte e sete projetos de investimentos anunciados no estado de São Paulo, resultado bem parecido com o do ano anterior, porém, o *Número de novos empregos diretos que foram anunciados por empresas* continuou em queda, foram anunciados 16.822 novos empregos, frente aos 49.500 projetados, representando 67,50% do que era esperado para 2022. Em compensação, houve um aumento no *Número de negócios apoiados* que totalizou 188 negócios, 88% a mais do que o esperado. O retorno ao trabalho presencial permitiu maior interação e acompanhamento dos apoios financeiros e eventos realizados nos ambientes de inovação (parques tecnológicos, incubadoras de empresas e centros de inovação tecnológica).

Assim como no período anterior, três produtos ficaram com o desempenho abaixo do projetado: o *Apoio aos ecossistemas de inovação do Estado de SP,* alcançou 13 atividades de apoio, representando apenas 18,57% da meta estipulada - segundo a SDE, entraves administrativos e jurídicos foram os principais motivos para o não atingimento do resultado esperado; o *Fomento ao microcrédito produtivo - Banco do Povo Paulista*, que alcançou 34,91% do esperado, com 19.201 créditos concedidos de um total de 55.000 previstos - apesar do volume de contratos ter sido menor que o esperado, o valor do ticket médio aumentou significativamente, e; o *Financiamento de projetos de ciência, tecnologia e inovação pelo FUNCET*) está passando por ajustes para adequações legislativas, jurídicas e administrativas e, portanto, não houve execução em 2022.

Cabe destaque para os produtos *Viabilização de soluções inovadoras para governo e apoio a negócios de impacto* e *Apoio ao desenvolvimento e adoção de tecnologias estratégicas,* cujo desempenho foi superior ao que era esperado para 2022. Com o primeiro produto, 101 startups de impacto receberam apoio e 76 soluções inovadoras foram implementadas, representando 126,25% e 190% das metas respectivamente. No *Produto Apoio ao desenvolvimento e adoção de tecnologias estratégicas* foram desenvolvidas *66* atividades de apoio a inovação,

representando 660% do previsto. Um dos fatores para esse aumento foi causado pelo retorno ao trabalho presencial, permitindo o aumento da capacitação dos entes governamentais e startups, bem como maior interação e acompanhamento dos apoios financeiros e eventos realizados nos ambientes de inovação.

No âmbito do *Programa 1021 - Inovação e tecnologia para instituições públicas e privadas*, os resultados ficaram aquém do projetado para o ano: o *Número de empresas privadas contratantes* de projetos serviços e produtos do Instituto de Pesquisa e Tecnologia (IPT) totalizou 1.776, diante das 3.000 pretendidas; O *Número de clientes do setor público contratantes dos serviços do IPT* alcançou 54, representando 49,09% da meta para 2022; o *Número de pedidos de patentes e softwares no INPI com participação do IPT* foi de *7, resultando em 63,64%* dos 11 pedidos projetados. Fica claro que, mesmo com a retomada econômica, o setor público ainda enfrenta necessidades específicas e emergenciais relacionadas à pandemia, acarretando baixa procura por projetos de cunho científicos e tecnológicos não relacionados à COVID-19, além de enfrentar queda de patentes e softwares registrados. O cenário de instabilidade político institucional do país em 2022 também foi um fator que provocou um menor investimento do setor privado na área de desenvolvimento tecnológico.

No *Programa 1044 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia*, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), mesmo em um cenário de incertezas, conseguiu alcançar os resultados esperados com a *Produção Científica*, totalizando 11.420 publicações (artigos, revisões e outros trabalhos). Além disso, a *Difusão de informações científicas e tecnológicas* obteve desempenho satisfatório, totalizando 51.740 menções à Fapesp na mídia, número 161,72% superior ao esperado. Esse aumento foi ocasionado, principalmente, pelo aumento do interesse referentes às informações científicas de COVID-19, pois a Fapesp é uma importante fonte de informações para diferentes órgãos de imprensa.

Na área de *Infraestrutura de pesquisa,* foram realizados 442 projetos de equipamento multiusuário vigentes no ano, 177,51% da meta para o ano. Os equipamentos multiusuários disponibilizados aos pesquisadores são produzidos fora do país e, por conta da desvalorização cambial causada pela COVID-19, ocorreram reprogramações com importações e, consequentemente a extensão da vigência de projetos já concedidos, que junto com a contratação de novos projetos ocasionaram a alta execução da meta.

Apesar dos bons resultados, três indicadores ficaram com execução abaixo do esperado: o indicador *Acesso a informações científicas e tecnológicas*, referente ao número de acessos às plataformas virtuais e ao boletim da FAPESP, cuja meta correspondia a 4.502.832, registrou

3.232.123 acessos em 2022; o número de *Projetos de pesquisa para inovação* ficou em 1.518, diante dos 2.086 projetos estipulados; a *Razão* entre as bolsas de estágio de pesquisa no exterior e as bolsas no país teve um alcance *de 57,96%* da meta projetad*a.* Estes indicadores tiveram um desempenho menor do que o esperado por conta das incertezas que atingiram a economia brasileira e paulista no período pós-covid-19, gerando a postergação de projetos de inovação e restrição de concessão de bolsas e auxílios com viagens internacionais.

No âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento, está abrigado o *Programa 2005 -Fomento ao Desenvolvimento Econômico*. Nele, o produto *Repasses financeiros* teve como meta efetuar 8 repasses a fundos de investimentos, visando propiciar o incremento do desenvolvimento socioeconômico, com a finalidade de atender pessoas físicas e jurídicas. Acabaram sendo efetuados 17 repasses financeiros, utilizando orçamento aprovado na LOA 2022, no valor total de R$ 99.806.657,00, sendo R$ 8.006.623,00 para o Fundo de Aval; R$ 91.800.034,00 para o Banco do Povo e mais um repasse decorrente de suplementação, no valor de R$ 103.765.391,00, destinado ao Fundo de Aval/Banco do Povo e Fundo de Aval/Desenvolve SP. O número de repasses maior do que o previsto foi causado devido à mecânica de distribuição, pois o montante repassado ficou dentro dos parâmetros preestabelecidos.

O produto *Crédito a municípios paulistas* previa conceder R$ 744.009.983 em créditos, mas somente R$ 140.307.613,22 foram concedidos, correspondendo a 18,86% da meta. Isso porque a previsão inicial era de que a assinatura do contrato do "Programa Desenvolve Municípios" ocorresse em maio de 2022, mas acabou ocorrendo apenas em dezembro. Por outro lado, foi realizado um volume de contratações superior a um bilhão de reais, o que está aumentando o volume de desembolsos organicamente, com tendência de intensificação em 2023, conforme execução das obras. O produto *Crédito para micro e pequenas empresas para acesso a mercado* teve como meta beneficiar 800 empresas. A Desenvolve SP focou na redução do tempo médio de análise das operações, o que acelerou o acesso a crédito, resultando num total de 1.456 repasses para novas micro e pequenas empresas, atingindo 182% da meta.

Por fim, o produto *Crédito para inovação a empresas* teve por meta o repasse de R$ 43.223.204, dos quais foram efetivamente desembolsados apenas R$ 20.481.310,24, correspondentes a 47,38% da meta proposta. Esses resultados se justificam porque, mesmo com a retomada econômica, as empresas seguiram sofrendo com os impactos da pandemia de Covid-19, sendo afetadas pelo aumento da inflação e, consequentemente, pelos altos custos de produção. Assim, demandaram por financiamentos que visaram capital de giro, prejudicando as iniciativas de

investimento em inovação. De modo geral, o desempenho do Programa foi satisfatório, com relevância no cenário econômico do estado, contribuindo com empréstimos a microempreendedores urbanos e rurais; formais e informais; cooperativas e associações.

O Banco do Povo Paulista - BPP efetuou 19.201 operações de créditos/contratos celebrados, voltadas para o atendimento das demandas dos empreendedores e dos setores mais vulneráveis. Os resultados alcançados estão associados aos recursos do Fundo de Aval do Estado, para garantir riscos de operações e créditos realizados com micros, pequenas e médias empresas. O BPP também deu suporte à obtenção dos resultados da Ação Empreenda SP, executado pela Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa; fez parcerias com a Sebrae/SP nos programas Empreenda Rápido, Empreenda Mulher e Linha Nome Limpo, além de colaborar com a iniciativa "Mutirões do Emprego e Empreendedorismo".

No que diz respeito à Cultura e à Economia Criativa, o ano de 2022 iniciou-se trazendo esperanças em contraponto às incertezas e dores enfrentadas em anos anteriores devido à crise sanitária gerada pela “Covid-19”, e caracterizou-se pelo incremento do uso dos ambientes virtuais, aliado à retomada de ações e eventos presenciais. O Programa *1201 - Economia Criativa* abrange iniciativas de formação, qualificação, difusão, bibliotecas e leitura, e seu ano foi marcado pela virtualização de suas atividades, o que permitiu um excelente desempenho de seus indicadores de resultado. O *Número de municípios atendidos por ano pelo* P*rograma Economia Criativa* teve execução física de 295,40%, totalizando 1.155 municípios atendidos. Aqui, cabe ressaltar que um mesmo município pode ter sido atendido tanto no primeiro quanto no segundo semestres, sendo considerado nos dois cômputos, o que explica o valor maior que os 645 municípios que compõem o estado de SP. Já o *Número de pessoas atendidas pelo programa difusão cultural, bibliotecas e leitura e economia criativa* impactou 4.034.809 pessoas, com desempenho de 150,25%. A exceção ao bom desempenho dos indicadores de resultado foi o número de *Atividades realizadas pelos programas de difusão, biblioteca e leitura, que* obteve 70,32% da meta estabelecida para o ano. Isso pode ser explicado pelo fato de que, ao mesmo tempo em que vemos um impacto muito positivo no consumo de atividades virtuais, o oposto ocorre com as atividades presenciais, uma vez que no cenário pós pandêmico as pessoas têm estado mais propensas ao consumo de cultura e entretenimento através das telas de celular ou TV, sem que sejam afetadas pelas restrições de ambientes presenciais.

O programa também teve resultados positivos na maioria das entregas, exceto na realização das *Atividades Voltadas ao Desenvolvimento Setorial e Estímulo a Inovação e Inserção em Mercados.* O número de empreendedores atendidos somou apenas 29,47% do esperado para o ano porque

ainda não foi possível recuperar todos os atendimentos que haviam sido paralisados em função da pandemia. Os produtos *Atividades Realizadas Pelos Corpos Estáveis e Equipamentos Culturais* e *Atividades de Difusão e Fruição Realizadas* tiveram resultados acima das metas estabelecidas em todos os indicadores que os compõem. Aqui vale ressaltar que a plataforma "Cultura em Casa" e a consolidação de canais digitais por parte dos parceiros da secretaria da Cultura e Economia Criativa tiveram papel importante para o bom desempenho dos indicadores.

Com relação ao *Programa 1214 – Museus em Conexão*, que congrega as atividades dos 24 museus vinculados à Secretaria da Cultura e Economia Criativa, houve a retomada de visitações presenciais e o aumento de público, em razão da abertura do Museu das Culturas Indígenas e do Museu das Favelas. Houve, ainda, grande repercussão das ações culturais e educativas presenciais realizadas em todos os museus. Isso acabou resultando na superação do *Percentual de crescimento de público-alvo aos museus da secretaria de cultura e economia criativa em relação ao ano de 2019*, que obteve um desempenho de 174,11% em relação à meta estabelecida. O mesmo ocorreu com os indicadores do produto *Gestão dos Museus do Estado de São Paulo.* O *Número de visitantes nos museus e o Número de visitantes virtuais nos museus* obtiveram, respectivamente, resultados de 103,75% e 506,87%. Este último valor, tão acima do previsto, pode ser explicado pelo fato de que não há série histórica para dados de público virtual. Portanto, a abertura de novos museus e, consequentemente, o maior número de redes sociais e sites ativados, além de programações de grande repercussão, mobilizaram o público virtual.

Já no campo do *Programa 1218 - Fomento Cultural*, observamos a consolidação deste programa como o maior de fomento à cultura do país. Além de garantir uma cota para a produção cultural do interior do estado e do litoral, a busca pela interiorização do programa continuou. Dois dos 3 indicadores de resultado tiveram resultados muito próximos das metas estabelecidas, *Número de municípios contemplados no programa*, com 104,44% e *Valor aportado no programa de fomento cultural*, com 93,13%. O *Número de editais lançados pelo programa* superou o esperado, atingindo 145,71% de resultado. Destaque para a distribuição de recursos em 50 linhas de editais, além do edital de premiação para pontos de cultura. A maioria dos produtos também alcançou desempenho acima das metas estabelecidas. Os produtos *Fomento Direto* e *Financiamento de Projetos em Economia Criativa* são exemplos de desempenho acima do previsto, proporcionado pelo expressivo investimento financeiro no setor cultural como indutor de desenvolvimento econômico.

Este pacote de fomento em nível estadual possibilitou a distribuição de recursos em várias linhas de editais e premiações, deixando clara a importância do setor cultural e da economia criativa como mecanismos importantes para o desenvolvimento econômico.

Ao analisarmos o setor do turismo, o ano de 2022 começou trazendo maior expectativa em relação às inseguranças que as enfrentadas em anos anteriores, causadas pela pandemia de COVID- 19. Apesar desse cenário, em 2022 teve expressivo aumento das atividades, chegando próximo aos índices anteriores à pandemia, fazendo o setor apresentar sinais de recuperação.

No âmbito da Secretaria de Turismo e Viagens, o *Programa 5002 - Estruturação e Promoção Turística do Estado de São Paulo* intensificou diversas ações, principalmente a de promoção do setor mediante uma maior atuação digital. Essa melhora é notada *no Percentual de variação da frequência de voos no estado de São Paulo,* que atingiu 116% da meta.

Após o período crítico da pandemia, quando as ações promocionais foram praticamente suspensas, em 2022 foi possível dar andamento em algumas das ações previstas em anos anteriores, como a volta do turismo paulista, a marca dos parques naturais de São Paulo e as ações de promoção em aeroportos. O turismo de curta distância teve aumento significativo: com as ações de promoção do turismo estadual - *Novos Pacotes Turísticos Criados e Disponibilizados*, mais agências e operadoras de turismo ofertaram destinos no Estado de São Paulo; considerando os maiores emissores de turistas do Brasil, essas agências se adequaram ao novo cenário, e ao turismo de curta distância, que se manteve bem após o período mais crítico da pandemia da COVID 19, proporcionando uma execução de 163% da meta projetada.

O cenário epidemiológico impediu que fossem realizadas capacitações presenciais em grande escala no âmbito do produto *Desenvolvimento dos Destinos Turísticos Paulistas*; não obstante, o indicador *Pessoas Qualificadas* alcançou resultado de 337% da meta projetada por meio da realização de treinamentos, cursos e workshops no formato EAD, hospedados na plataforma virtual de aprendizado da Secretaria.

Objetivo Estratégico 5: Desenvolvimento social garantindo os direitos individuais e coletivos e promovendo a autonomia plena

O *programa 5102 – Rede Social de Solidariedade e Cidadania*, da Secretaria de Governo, tem em seus produtos ações, projetos e atividades voltadas ao melhoramento da qualidade de vida da

população mais vulnerável do Estado de São Paulo. O *Número total de pessoas beneficiadas pelo programa "rede social de cidadania e sustentabilidade* foi superior ao projetado para o ano, alcançando resultado de 145% da meta. Esse resultado é positivo à luz do objetivo estratégico de desenvolvimento social e promoção da autonomia plena, uma vez que demonstra que mais pessoas estão sendo beneficiadas pelo programa e, portanto, estão tendo seus direitos individuais e coletivos garantidos. Cabe destaque para o produto *Doação de Bens Sensíveis*, realizado pelo Fundo Social de São Paulo – FUSSP, que contabilizou 4.946.600 pessoas atendidas, distribuindo 1.607.200 cestas básicas e totalizando 125.000 pessoas beneficiadas com a entrega de cobertores.

Ainda no escopo desse objetivo estratégico, o Programa Bolsa do Povo foi criado pela Lei nº 17.372, de 26/05/2021, com o objetivo de enfrentar o crescimento acelerado da pobreza e da vulnerabilidade em São Paulo e no Brasil. É o maior programa de assistência social e transferência de renda da história do Estado de São Paulo, vindo somar-se ao combate à pandemia no âmbito da proteção social, beneficiando mais de 1 milhão de pessoas em situação de vulnerabilidade social. É um programa multissetorial, com produtos desenvolvidos em diferentes Secretarias de Estado.

Dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o indicador N*úmero de parcelas de bolsa pagas aos beneficiários*, do *Produto Via Rápida – Bolsa do Povo,* foi executado com a expectativa de beneficiar 30.000 bolsistas e desenvolveu suas atividades para alcançar esse número ao longo de 2022, atendendo 23.668 bolsistas, com uma execução de 93% da sua dotação inicial. A metodologia adotada realiza o pagamento das bolsas mensalmente, em parcela única, mas o repasse é feito apenas para estudantes que tenham concluído um dos cursos oferecidos pelo programa, dentro do período, o que resultou em um total de 23.668 beneficiários atendidos com cerca de 20.000 benefícios pagos.

No âmbito do Centro Paula Souza, dois produtos tiveram baixo desempenho, devido à baixa adesão ao programa e a identificação do perfil da comunidade inserida no Centro Paula Souza, que não atenderia, em sua maioria, os pré-requisitos de elegibilidade do programa, apresentando renda per capita maior que a definida em legislação. Isso ocorreu com o indicador N*úmero de benefícios pagos a representantes legais de aluno matriculados nas escolas técnicas estaduais (ETECS)* do *produto Bolsa do Povo Educação Centro Paula Souza*, cuja meta inicial era de 2.368 beneficiários pagos e a execução foi de 7,81%. Do mesmo produto, o N*úmero de benefícios pagos a estudantes matriculados nas escolas técnicas estaduais (ETECS)* teve uma

execução de 8,80% da meta prevista, sendo estipulado 20.000 benefícios e pagos 1.760, pelas mesmas razões.

O *produto Novotec Expresso - Bolsa do Povo* obteve baixa execução em relação aos estudantes do Novotec Expresso beneficiados com a Bolsa do Povo, tendo uma meta prevista de 60.000 estudantes beneficiados, porém com o atingimento de 12.031 estudantes beneficiados, ou seja, 20% da meta. Tal desempenho é justificado por problemas no fluxo do sistema de banco de dados, que está em processo de aprimoramento.

Já o *Número de parcelas de bolsas auxílio com qualificação profissional pagas*, do *produto Bolsas pagas ao participante do Programa Bolsa-Trabalho*, teve execução de 74% da meta estipulada; ou seja, das 750.000 parcelas previstas, foram pagas apenas 559.324, pois parte dos bolsistas deixou o programa antes do período limite de 5 meses, por questões como reemprego, que é o propósito principal do Bolsa-Trabalho.

Em relação ao *produto Bolsa Empreendedor*, o N*úmero de parcelas de benefícios pagos aos beneficiários do Bolsa Empreendedor* teve a meta fixada em 200.000 parcelas, sendo executadas 177.598, ou seja, 88,80% da meta prevista, sendo um desempenho satisfatório, apesar dos problemas relacionados aos procedimentos e requisitos de elegibilidade do programa, que acabaram postergando os pagamentos dos benefícios.

No âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), a contribuição para o alcance desse objetivo estratégico ocorre pela ação *Auxílio Moradia*, presente no *programa Bolsa do Povo*. A *Concessão de benefícios habitacionais* é oferecido em caráter provisório e emergencial às famílias desalojadas por ação ou interesse do Estado (realização de obras, desocupação de áreas de risco) ou por emergências, causadas por desastres naturais (enchentes, incêndios, desabamentos). O *Número de benefícios habitacionais mensais concedidos às famílias* superou a meta prevista (85.073) para 2022, alcançando 90.694 benefícios habitacionais concedidos às famílias desalojadas. Já o *Número médio de beneficiários* foi de 6.844, resultado um pouco abaixo do esperado (7.700).

Diversos produtos do Bolsa do Povo estão na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), que também concentra a gestão do programa. Dentro da Secretaria, o indicador de resultado geral do programa atingiu 89,55% da meta estipulada, devido às variações e discrepâncias dentro dos diversos produtos que o compõem. O *produto Vale Gás*, por exemplo, teve execução de 183,84%; inicialmente previsto para ter repasses apenas nos três primeiros meses de 2022, considerou-se

o agravamento da situação de vulnerabilidade da população como um todo, e optou-se, com a anuência da Secretaria de Governo, pela prorrogação do programa por mais nove meses, até dezembro de 2022. Outro destaque positivo foi o *produto SP Acolhe,* com execução de 119,33%.

Outros produtos não tiveram o mesmo êxito: o Renda Cidadã, devido a problemas de cadastro no CadÚnico e no Banco do Brasil, conseguiu executar apenas 3,84% do indicador número de benefícios concedidos às famílias; impactado pelos mesmos problemas, o produto Ação Jovem atingiu apenas 32,02% do número de benefícios concedidos aos jovens.

No âmbito da Secretaria da Saúde, o produto Acolhe Saúde obteve uma média mensal de 458 alunos matriculados nos cursos de graduação, graduação tecnológica e nível técnico. O Número de parcelas de benefícios pagos aos estudantes de ciências da saúde e biológicas de baixa renda atuando nos serviços de saúde do estado, pertencentes ao SUS, no âmbito do Acolhe Saúde totalizou 4.596, frente às 45.600 parcelas previstas. Os principais motivos para o baixo desempenho do Acolhe Saúde foi o não atendimento dos critérios de elegibilidade por parte da maioria dos estudantes inscritos. Destaca-se ainda que, quando elegíveis, a não permanência dos beneficiários foi causada pelo descumprimento das condicionalidades estabelecidas para a atividade ou por desistência dos estudantes.

Objetivo Estratégico 6 – Qualidade de vida urbana, com moradia adequada e mobilidade.

Esse objetivo estratégico visa ampliar a oferta de moradias com acesso à rede de serviços urbanos e inseridas em territórios com transporte de qualidade. Tem por objetivo intensificar as operações de fomento e os novos instrumentos para viabilização de moradias, urbanização e regularização fundiária.

Para ampliação de moradias, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), contribui com os programas *2505 - Fomento à Habitação de Interesse Social (Casa Paulista)* e *2508 - Provisão de Moradias.*

O Programa 2505, por meio do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS)[30], atua com os produtos *Concessão de subsídios habitacionais* e *Concessão de subsídios para melhorias e módulos habitacionais evolutivos*. O público-alvo do programa são os municípios, entidades e famílias beneficiárias da Política Estadual de Habitação de Interesse Social. Apresenta o indicador

[30] O Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social - FPHIS, criado pela Lei nº 12.801, de 15 de janeiro de 2008, é vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH) e objetiva implementar políticas habitacionais direcionadas à população de baixa renda.

de resultado *Proporção de atendimentos habitacionais em relação ao déficit habitacional* que, para 2022, superou a meta anual prevista (1,41%), alcançando a proporção de 1,47% de atendimentos habitacionais em relação ao déficit habitacional – representando o atingimento de 104,44% da meta anual.

O Programa 2505 contempla a Agência Paulista de Habitação Social (Casa Paulista), que opera os programas habitacionais vigentes e atua por meio do Programa Nossa Casa (em suas modalidades Apoio e Preço Social) articulado com o Programa de Apoio ao Crédito Habitacional – Carta de Crédito Individual.

Para o produto *Concessão de subsídios habitacionais*, o indicador *Número de subsídios habitacionais concedidos* apresentou boa recuperação no cenário pós-pandemia, visto que em 2021 a meta ficou abaixo do esperado. Desse modo, superou a meta inicialmente prevista para 2022 (17.808) alcançando 18.055 subsídios habitacionais concedidos, obtendo 101,39% de atingimento da meta anual. Esse produto representa a modalidade Apoio, na qual foram concluídas 12.112 operações de financiamento habitacional, com subsídio do Estado tornando possível reduzir o valor do financiamento tomado pelas famílias.

Na modalidade Preço Social, o Programa Nossa Casa promove a articulação entre as três esferas do governo (estadual, municipal e federal) e o setor privado para a provisão de moradias. Sendo assim, 144 municípios disponibilizaram áreas para a produção futura de habitações a preços reduzidos. Ao todo, 14 municípios publicaram edital de licitação, 9 empreendimentos concluíram a licitação e estão na fase de elaboração, aprovação dos projetos e financiamento junto à Caixa Econômica Federal - agente executor do Programa Casa Verde Amarela. Na parceria para apoio ao Programa Minha Casa Minha Vida, foram entregues 1.340 unidades habitacionais.

Na Parceria Público-Privada, em continuidade à gestão do contrato SH 001/2015, prosseguiu-se com a comercialização das 2.070 unidades de Habitação de Interesse Social (HIS) já construídas e aceitas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), tendo sido concluídas 417 unidades de Habitação de Interesse Social (HIS) no Residencial Jardins da Barra e mais 389 unidades de Habitação de Mercado Popular (HMP) nos empreendimentos Today Brigadeiro e Augusta.

No Programa de Desenvolvimento Urbano, foram celebrados novos convênios com municípios e CDHU, visando transferência de recursos financeiros para cobertura parcial de despesas de construção de unidades habitacionais, realização de obras de infraestrutura urbana em conjuntos habitacionais, promoção de atendimento habitacional à núcleos indígenas e comunidades quilombolas do estado, aplicando soluções adequadas à sua origem, cultura e costumes, totalizando a construção ou intervenções em 5.137 unidades habitacionais. Todas

essas ações contribuíram para o alcance da meta do indicador de resultado e indicador de produto *Número de subsídios habitacionais concedidos.*

O produto *Concessão de subsídios para melhorias e módulos habitacionais evolutivos* por meio do indicador *Número de subsídios habitacionais concedidos para melhorias e módulos habitacionais evolutivos*, não alcançou a meta prevista para 2022 (3.000), realizando 1.777 subsídios habitacionais, o que representa 59,23% do esperado para o ano. Por se tratar de atividades de melhorias habitacionais, como reparos, manutenção corretiva, requalificação e adaptações nas moradias precárias, observou-se grande variedade de situações que exigiam intervenções distintas em cada caso; sendo assim, o volume de serviços necessários em cada moradia foi superior ao previsto inicialmente. Todos esses aspectos impediram o alcance da meta prevista. A ação de melhorias habitacionais foi uma inovação na Política Estadual de Habitação, por essa razão, não possuía parâmetros anteriores para dimensionar as atividades.

O Produto *Concessão de subsídios para melhorias e módulos habitacionais evolutivos* é representado pelo programa Viver Melhor, cuja execução ocorre mediante convênio firmado com a CDHU. Seu objetivo é promover melhorias habitacionais através de serviços de reparos, manutenção corretiva, requalificações e adaptações em moradias precárias. Atualmente, possui obras em fase de execução e atende 53 núcleos habitacionais.

O Programa *2508 - Provisão de Moradias* refere-se à atuação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) na provisão de moradia para demanda habitacional de interesse social, por meio de execução direta ou parceria para a produção de empreendimentos habitacionais. Seu indicador *Moradias viabilizadas em relação ao déficit habitacional fora dos assentamentos precários* não alcançou a meta anual prevista (1,72%), atingindo 1,46% de execução, o que representa 85% do esperado para 2022.

O produto *Unidades habitacionais produzidas ou adquiridas* também não alcançou a meta prevista (8.686), entregando 2.876 unidades habitacionais, representando 33,11% de atingimento da meta anual. O produto *Lotes urbanizados produzidos,* cuja meta prevista era de 6.358 lotes urbanizados produzidos, promoveu 4.821 lotes, obtendo 75,83% do previsto para o ano.

O cenário econômico pós-pandemia tem impactado na provisão de moradias. A elevação dos custos de produção, devido à alta dos preços de produtos destinados à construção civil, acarretou revisão de alguns contratos. A carência no mercado de insumos específicos promoveu atrasos na compra dos materiais necessários para a edificação de moradias e esses fatores contribuíram para atrasos no andamento das obras e nas entregas de unidades habitacionais.

A CDHU, no entanto, concluiu boa parte dos conjuntos habitacionais iniciados em exercícios anteriores e deu sequência aos convênios com os municípios, viabilizando novos terrenos e projetos. Houve retomada de canteiros de obras com novas obras licitadas, conveniadas e iniciadas, no montante de cerca de 20.000 unidades habitacionais. Destaca-se a entrega dos empreendimentos Bauru K, Barretos K, Bastos I e Guaratinguetá H, do programa Vida Longa, que visa a oferta de serviço socioassistencial de acolhimento, voltado a pessoas idosas (60+) em situação de vulnerabilidade e risco social. Também houve a entrega de 10 unidades habitacionais no município de Bertioga, destinado à população indígena assistida pela FUNAI, que vive em aldeias da região. Vale ressaltar as ações para desenvolvimento social em provisão de moradias, que beneficiaram 10.364 famílias nos empreendimentos da CDHU (relativo ao produto *Unidades habitacionais produzidas ou adquiridas*).

Em 2022 foi lançada nova ação no PPA 2020-2023, a provisão de lotes urbanizados. Trata-se da execução direta pela SDUH/CDHU, ou repasse aos municípios, para implantação de lotes, incluindo obras de infraestrutura, terraplenagem, pavimentação e tratamento das áreas livres e institucionais. Foram entregues mais de 4.800 lotes em 2022, em praticamente todas as regiões do estado, para posterior edificação das moradias, com novas entregas previstas para os próximos exercícios (relativo ao produto *Lotes urbanizados produzidos*).

Este Objetivo Estratégico também busca ampliar a oferta de moradias inseridas em territórios com transporte de qualidade - em especial, o transporte integrado. No quesito mobilidade, temos a atuação da EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, da CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e do Metrô, coordenada pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM.

No âmbito do programa *3706 - Expansão, Modernização e Gestão do Transporte de Baixa/Média Capacidade – PITU*, ao longo do ano de 2022, o *Fator de Cumprimento de Viagens (FCV)* foi retornando ao patamar de normalidade, após um longo período de queda na demanda, reflexo dos anos anteriores de pandemia. O percentual de viagens realizadas em relação às viagens programadas atingiu 84,95%, frente aos 95% esperados para o ano. Esse resultado foi diretamente afetado pelos primeiros meses de 2022, cuja circulação do COVID-19 ainda estava bastante intensa. A pesquisa de campo junto aos passageiros, que subsidia o monitoramento do *Índice de Qualidade do Cliente – IQC,* foi realizada pela primeira vez nesse ciclo do PPA e obteve atingimento de 100,56% do esperado para o ano. Ainda no programa 3706, o produto *Estruturação da rede de transporte metropolitano nas Regiões Metropolitanas,* que prevê a implantação de novos trechos de corredores, BRT (Ônibus de Trânsito Rápido), VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e novas infraestruturas de transporte, em 2022, tinha por meta a implantação de

6,6 Km do trecho Conselheiro Nébias-Valongo, do VLT da Baixada (RMBS), e respectivas estações. Por conta de intercorrências como atrasos nas autorizações para remanejamento de redes (COMGÁS, SABESP e CPFL) e intervenções viárias (CET de Santos), não houve execução desse produto.

No escopo do Programa *3707 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Sobre Trilhos*, a CPTM realizou um conjunto de intervenções voltadas à operação, modernização e expansão do sistema, que resultou no bom desempenho do seu principal indicador de resultado, *Avaliação da qualidade dos serviços dos trens metropolitanos pelos passageiros.* Este indicador tinha por meta 76% de aprovação (avaliações positivas, sobre o total de avaliações), e encerrou 2022 com 81,85% - que correspondem a 107,71% da meta estipulada.

O produto *Linhas 7, 8, 9, 10, 11 e 12 de Trens Metropolitanos Modernizadas* deu continuidade às obras de modernização dos sistemas de energia e de sinalização; das instalações de apoio à operação e à manutenção e de atualização contínua da infraestrutura de manutenção, destacando-se entregas relativas a adequações para acessibilidade nas Estações Engenheiro Manoel Feio, São Caetano, Utinga, Prefeito Saladino, Capuava e Aracaré.

Porém, mesmo com tais entregas, houve dificuldades em atingir a meta anual de 36,8% para este produto, terminando 2022 com apenas 8,8% de realizações físicas dessas intervenções, que correspondem a 23,91% do previsto para o ano. As principais dificuldades encontradas decorreram de diversos problemas com as empresas contratadas, que não executaram os serviços sob sua responsabilidade. A STM está em negociação para regularizar essa situação.

O produto *Linha 9- Esmeralda Estendida* entregou 78,37% do empreendimento em face dos 98,6% esperados para o ano, a forte dependência de recursos do governo federal implicou em atrasos na implantação da linha que fogem da governabilidade da STM. As principais entregas deste produto foram: 2 viadutos (ferroviário e rodoviário) e o avanço das obras de via permanente, da rede aérea e de sinalização, cuja finalidade é chegar até a estação Varginha. O produto *Linha 13 Jade Estendida* atingiu quase 100% da meta prevista para o ano, executando obras de extensão até a região central e início da elaboração do anteprojeto para levar a linha até Bonsucesso.

O Programa *3708 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário* é o que possui o maior número de produtos diretamente relacionados ao Objetivo Estratégico 6: *Obras e sistemas da Linha 5 - Lilás implantados; Linha 1 - Azul em operação modernizada; Linha 2 - Verde em operação modernizada; Obras e sistemas da Linha 4 - Amarela implantados (Fase II); Obras e sistemas da Linha 17 - Ouro implantados; Obras e sistemas da Linha 2 - Verde implantados; Linha 3 - Vermelha modernizada; Obras e sistemas da Linha 15 - Prata implantados;*

Obras e sistemas da linha 19 - Celeste implantados e Linhas 1, 2 e 3 modernizadas com portas de plataformas.

A *linha 5 - Lilás* está em pleno funcionamento, carecendo apenas da retirada de pequenas pendências. A *linha 1 - Azul* teve um percentual de 4,98% de avanço físico em suas obras civis e sistemas, o que corresponde a 99,6% de sua meta anual. Os demais produtos, no entanto, não tiveram o desempenho esperado.

A *Linha 2 - Verde* tinha por meta 11% de avanço físico, mas avançou apenas 1,12%. A *Linha 3 - Vermelha* tinha por meta 16% de avanço físico, mas avançou apenas 10,46%. Elas não alcançaram os objetivos propostos em função de novas diretrizes estabelecidas no início de 2022, dada a complexidade das atividades e a necessidade de replanejamentos.

A *Linha 4 - Amarela* tinha por meta 1,5% de realização física, mas realizou apenas 0,1% (6,67% da meta). A *Linha 15 - Prata* tinha por meta 5% de realização física, mas realizou apenas 2,76% (55,2% da meta). A *Linha 17 - Ouro* tinha por meta 10% de realização física, mas realizou apenas 3,44% (34,4% da meta). A *Linha 19 - Celeste* tinha por meta 2% de realização física, mas realizou apenas 0,95% (47,5% da meta). A baixa execução foi motivada pela complexidade das atividades, atrasos nas liberações de início de obras por parte dos órgãos de licenciamento, baixo desempenho das contratadas, ações judiciais, interposição de recursos, suspensão de processos licitatórios, entre outros motivos.

Por fim, o produto *Linhas 1, 2 e 3 modernizadas com portas de plataformas* deveria entregar 19 estações nestas condições, mas realizou apenas a montagem elétrica na estação Belém e obras de adequação civil nas plataformas das estações Bresser-Mooca e Pedro II (em andamento). Está com seu cronograma de implantação em replanejamento, em função de problemas legais e burocráticos.

Objetivo Estratégico 7 – Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável

Esse Objetivo Estratégico se concentra na atuação da Secretaria da Agricultura e de seus dois programas finalísticos: o Abastece SP – Segurança do campo à mesa e o Agro SP Sustentável.

O Programa *1316 - Abastece SP* atua para promover a produção, distribuição, consumo e segurança, com oferta sustentável de alimentos saudáveis e seguros, agregando valor e competitividade aos produtores e é acompanhado por dois indicadores de resultado: o *Índice crescimento da produção agropecuária paulista em relação ao ano de 2019* e o *Índice de*

crescimento da competitividade das cadeias agroindustriais paulistas em relação ao ano de 2019. Ambos os indicadores ficaram dentro dos parâmetros de atingimento da meta no ano de 2022.

No entanto, cabe ressaltar que esses indicadores recebem muita influência de fatores externos tais como questões climáticas, de safra e de mercado.

Em relação aos seus sete produtos, quatro deles superaram a meta acima dos parâmetros que foram estabelecidos para o ano. A secretaria atribui esse resultado à reestruturação da pasta, Decreto 66.417, de 30 de dezembro de 2021. A melhora significativa na estrutura, o ingresso de novos servidores, a aquisição de equipamentos e veículos, permitiram melhores condições de trabalho e ganho significativo de eficiência. Três desses produtos que tiveram alto desempenho estão ligados às atividades de fiscalização e vigilância sanitária e um outro à certificação de produtos agrícolas.

No produto *Fiscalização Sanitária*, o *Número de fiscalizações de defesa vegetal e defesa animal* estipulado para 2022 era de 34.000 fiscalizações e acabou entregando 69.290. O produto *Vigilância ativa para febre aftosa*, que visa a retirada de vacinação para Febre Aftosa por meio da inspeção de animais suscetíveis à doença, apresentou desempenho acima da meta esperada: ao passo que a meta prevista correspondia à inspeção de 220.000 animais, o resultado apurado foi de 400.994 animais inspecionados.

Outros produtos também alcançaram resultados positivos: o *Número de fiscalizações em estabelecimentos de produção e processamento de alimentos* totalizou 3.736, alcançando 140,98% de execução esperada para o ano. O produto de certificação de produtos agrícolas, denominado *Selo AGROSP*, obteve resultados acima do esperado, emitindo 151 certificados.

No entanto, dois produtos ficaram abaixo da meta esperada para o ano: o produto *Propriedades avaliadas quanto ao risco sanitário*, que tinha como meta avaliar 13.060 propriedades, mas registrou somente 7.811 avaliações - a baixa execução foi causada pela priorização das equipes em realizar os mutirões do Cadastro Ambiental Rural – CAR. A *Promoção da segurança e educação alimentar* objetivava realizar 851.678 atendimentos, dentre pessoas beneficiárias a acessos a publicações, porém realizou apenas 78.289 atendimentos - a baixa execução ainda é reflexo da Covid-19 e da retomada gradativa das atividades presenciais.

O Programa *1317 - Agro SP Sustentável*, que atua para a modernização da infraestrutura do campo, do uso da terra e dos recursos naturais de forma competitiva e sustentável, é acompanhado pelos indicadores de resultado *Número de produtores beneficiados pelo*

programa e *Índice de crescimento da produtividade agrícola paulista em relação a 2019* - Estes indicadores apresentaram resultados satisfatórios. O indicador *Áreas degradadas* ficou com desempenho bem abaixo do esperado: a previsão era recuperar 3.000 hectares, mas recuperou apenas 1.917 hectares. Um dos motivos para essa baixa execução é ocasionada pelo fato de que projetos de recuperação de áreas degradadas têm uma janela pequena de execução no campo que depende muito das condições climáticas, que, no último ano, não foram favoráveis.

Em relação aos produtos relacionados aos créditos concedidos por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista FEAP, o *Crédito para o desenvolvimento do agronegócio paulista e às subvenções* teve seu desempenho acima do esperado em função do aumento de recursos aportados na secretaria. A meta prevista era realizar 835 operações de crédito, mas acabou realizando 2.235. Já o produto *Subvenção econômica para o desenvolvimento do agronegócio paulista* ficou dentro dos parâmetros esperados para o período.

O novo produto *Cidadania no Campo – Rotas Rurais,* apesar de contribuir para o bom resultado de alguns produtos, teve o seu desempenho abaixo do esperado no indicador Estrada mapeadas e recuperadas, cuja meta prevista era de 35.000 km, mas apenas 5.314 foram executadas. O S*istema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável* totalizou 33 municípios conveniados, frente aos 350 esperados. A falta de adesão por parte dos municípios e o período eleitoral foram os grandes responsáveis para essa baixa execução apresentada.

Em relação aos *Novos conhecimentos e tecnologias para inovação no agronegócio,* o *número de pesquisas em andamento* alcançou 458 *e o número de soluções tecnológicas geradas* ficou em 110, resultado bem acima do projetado para o ano. Os *Insumos Estratégicos* geraram R$ 25.590.615,61 de receita total de comercialização de insumos, alcançando 189,56% do esperado para 2022 - esse resultado foi gerado pela maior comercialização de bovinos pelo instituto de zootecnia e pela APTA regional.

Objetivo Estratégico 8 – Desenvolvimento Sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população frente aos desastres naturais.

O Objetivo Estratégico 8 tem como foco principal os programas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)[31], que compreende entregas na área de meio-ambiente, infraestrutura hídrica e energia.

Entre os programas da SIMA que mais se destacam em relação ao Objetivo Estratégico 8 estão os programas:- *2604 - Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental; 2618 - Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental; 2620 - Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo; 2622 - Infraestrutura Hídrica e Combate a Enchentes; 2624 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na área operada pela SABESP e 2625 - Desenvolvimento da Política de Recursos Hídricos e Implementação de suas ações.*

O Programa *2604 - Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental* congrega a atuação da CETESB, agência ambiental com atuação direta nas questões atreladas à qualidade ambiental e saúde pública, cujos serviços essenciais não podem ter interrupção total.

A evolução do Programa 2604 é acompanhada por quatro Indicadores de Resultado. Os dois primeiros indicadores medem a classificação da qualidade do ar e dos pontos monitorados de rios e reservatórios, são eles: *o Percentual de classificação boa de qualidade do ar de acordo com as medições da rede de monitoramento da CETESB*, cuja meta para 2022 era atingir 75% e alcançou o resultado de 83,80%; e o indicador *Percentual de pontos monitorados em rios e reservatórios classificados como adequados para a proteção da vida aquática* com meta prevista de 77% e resultado de 76%. Estes indicadores apresentaram resultado dentro dos parâmetros projetados, respectivamente 111,75% da meta para o primeiro e 98,69% para o segundo indicador, desempenhos muito semelhantes em comparação aos resultados do ano anterior.

Os outros dois indicadores do programa medem o resultado dos produtos relacionados ao licenciamento ambiental cuja meta principal para ambos nesse ciclo de PPA é a diminuição do tempo de análise dos licenciamentos, respectivamente: *Tempo médio efetivo análise da CETESB no licenciamento ambiental com avaliação de impacto (dia),* que manteve o mesmo desempenho abaixo do esperado como no ano anterior, atingindo 56,86% (a meta de 130 dias, menor-melhor, apresentou resultado de 186,08); e *Tempo médio efetivo de análise da CETESB no licenciamento ambiental (dia)*, que apresentou resultado de 1,51% (a meta de 60 dias - quanto menos melhor, apresentou resultado de 119). Cabe ressaltar que foi realizada uma força tarefa para tentar finalizar processos de licenciamento anteriores a 2020, que, somados aos

[31] Alterado em 2023 de Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA para Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística SEMIL conforme Decreto 67.435 de 01 de janeiro de 2023.

processos dos anos de 2020 e 2021, acarretaram o aumento no tempo médio de análise. Além disso nos últimos anos houve um aumento de cerca de 15% nas solicitações de novas licenças que, acompanhado de uma grande redução de servidores sem a respectiva reposição comprometeu o atendimento da meta.

Apesar dos indicadores de resultados vinculados aos dois produtos de licenciamento ambiental (que mede o tempo de análise) estarem abaixo da meta prevista, os seus produtos ficaram dentro dos parâmetros esperados. O produto *Licenças de Empreendimentos e Atividades sem Avaliação de Impacto Ambiental* no seu indicador *Número de documentos emitidos* previa emitir 35.000 documentos e encerrou o ano de 2022 com a emissão de 43.857 documentos, perfazendo uma taxa de atingimento de 125%. Já no produto Licenças de empreendimentos e atividades com avaliação de impacto ambiental, no seu indicador *Número de processos de licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental encerrados* registrou 192 dos 189 processos encerrados previstos na meta deste ano; ou seja, atingiu 101% da meta prevista.

Os dois produtos que financiam projetos por meio dos fundos *Financiamento de Projetos em Áreas Contaminadas pelo FEPRAC* e *Financiamento de Projetos Ambientais pelo FECOP* tiveram resultados distintos. O produto referente ao FEPRAC (Lei Estadual nº 17.293/20 e do Decreto Estadual nº 65.051/20) manteve-se sem execução por falta de dotação orçamentária.

Já no produto de financiamento pelo FECOP o seu indicador *Número dos projetos financiados pelo FECOP*, como no ano anterior, manteve o resultado acima do esperado: agora em razão da implementação do programa refloresta, do 3º edital do programa de pagamento por serviços ambientais no âmbito do programa de remanescentes florestais - RPPN e do atendimento aos consórcios intermunicipais por meio de financiamento das usinas móvel de RCC. O produto resultou no financiamento de 106 projetos dos 70 previstos para o ano.

No tema ações em emergências químicas decorrentes de riscos tecnológicos, todos os acionamentos foram atendidos, com 100% de avaliação da atuação da equipe com conceitos entre bom e ótimo, e tempo de resposta menor que o estabelecido, mantendo o padrão dos anos anteriores. No controle da emissão veicular, o resultado ficou dentro da meta prevista, tanto no número de fiscalizações como no percentual de não conformidades das medições efetuadas.

O *Programa 2618 - Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental*, que atua na proteção e fiscalização ambiental, manteve ótimos desempenhos em seus indicadores de resultado. O *percentual de municípios atendidos por políticas públicas de conservação, recuperação e uso da*

biodiversidade, dos 48,38% previstos, alcançou 62,67%; *o número de autos de infração finalizados, obrigações de reparação cumpridas e multas pagas ou encaminhadas para execução*, dos 4.961 previstos, atingiu 9.754 - com a inclusão de novas modalidades de atendimento ambiental, o apoio da polícia militar ambiental, a adequação de sistemas e orientação das equipes técnicas e a realização de duas edições da Operação Caipora em 2022 (abril e novembro), que reuniu esforços da equipe técnica para a realização de vistorias em campo. O indicador *Percentual de espécies da fauna silvestre incorporadas em estratégias e conservação de biodiversidade* ficou dentro dos parâmetros previstos

O bom desempenho dos produtos ligados à fiscalização, tais como *Prevenção, fiscalização e monitoramento ambiental*, *Incentivo à proteção e recuperação da cobertura vegetal e da biodiversidade* e *Gestão dos autos de infração ambiental* e *reparação de danos ao meio ambiente* contribuíram significativamente para superação do indicador de resultado do programa *número de autos de infração finalizados*.

A gestão e gerenciamento de resíduos sólidos no Estado executada pelo programa 2620 tem sua evolução acompanhada através de alguns percentuais. O *percentual de municípios atendidos em arranjos regionais para gerenciamento de resíduos sólidos* manteve o resultado acima da meta esperada - foi previsto atender 40% dos municípios, mas o ano encerrou com 58,91% de municípios atendidos em arranjos.

Outro parâmetro importante de evolução deste programa é o *Percentual de habitantes atendidos por aterros de resíduos urbanos com disposição adequada*, cuja meta, no ano de 2022, era de 97,52% e a execução correspondeu a 98,17%.

Houve uma revisão no indicador referente ao IGR – Índice de Gestão de Resíduos Sólidos, que, por ainda estar em fase de consolidação, substituiu o indicador que media a classificação pelo indicador *Percentual de municípios aderentes ao IGR*. O resultado do indicador ficou acima da meta prevista, chegando à 71,62% dos 65% dos municípios previstos.

Entre os produtos deste programa que contribuíram para os indicadores de resultado se destacam a implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos - SIGOR, com destaque para o módulo construção civil (a meta para 2022 previa a implantação em 13 municípios, e o módulo foi implementado em 16); o *Sistema de logística reversa* (das 3.759 empresas inseridas em planos de logística reversa previstas, foram inseridas 6.502); a *Fiscalização e orientação aos municípios visando à eliminação dos aterros inadequados* e

Soluções regionais para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos que ficou muito próximo da meta. Das 1.071 inspeções previstas foram realizadas 1.056.

O Programa de Infraestrutura Hídrica e Combate a Enchentes, sob a responsabilidade do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), tem o importante objetivo de diminuir a recorrência das inundações e aumentar a disponibilidade hídrica no estado. Ele é acompanhado por três Indicadores de Resultado: *Vazão Regularizada*; *Volume de Reservação construído* e *Volume Desassoreado*. Dois indicadores não tiveram obras finalizadas em 2022: as obras relacionadas ao indicador *Vazão regularizada (m³/s)* ainda estão em andamento (Ribeirão Vermelho, Rio Baquirivú-Guaçu e Sistema Adutor Barragens Pedreira e Duas Pontes); o indicador *Volume de Reservação Construído* ainda está abaixo do esperado, pois as obras continuam em andamento. Não houve nenhum reservatório de retenção ou canalização finalizados e entregues este ano, somente a canalização do rio Juquery.

O indicador de resultado de programa *Volume Desassoreado* cumpriu apenas 41,80% da meta projetada para 2022. Dos 1.635.654 m³ previstos, foram desassoreados somente 683.723 m³. No caso do rio Tietê, entre os fatores que contribuíram para esse resultado estão as inversões previstas, que não foram realizadas por questões de licenciamento ambiental, gerando um grande atraso no processo. No caso do Rio Pinheiros, ocorreu a diminuição de 2 portos previstos no contrato em função do parque Bruno Covas, área que estava à disposição – por conseguinte, a área de secagem diminuiu, reduzindo a produtividade. Além disso, quem detém a licença ambiental é a EMAE - foi solicitado a ela um estudo antes do protocolo do pedido de renovação na CETESB, acarretando aumento do prazo. Com isso o DAEE ficou impossibilitado de acelerar o desassoreamento, pois foi feito um acordo de somente 5.000 m³ na cava enquanto não ocorresse a liberação total do licenciamento da EMAE.

Em relação aos produtos que tiveram alto desempenho ou que ficaram muito próximo da meta esperada se destacam: o produto *Atendimento a municípios nas ações de combate a eventos hidrológicos críticos,* cujo indicador *Número de obras/serviços em andamento* tinha meta correspondente a 2 e encerrou o período com 7, uma vez que foram executados mais 5 lotes do desassoreamento (Vargem Grande, Pradópolis, lote 1 e lote 3 de poços); o produto *Operação e manutenção de estruturas hídricas,* no qual no indicador *Volume de material removido dos piscinões (M³)*, cuja meta correspondia a 180.000 m³ e obteve execução de 217.167m³ retirados; e o produto *Combate à enchente por meio da construção do piscinão de Jaboticabal*, cujo percentual de avanço físico da obra previsto era de 28% e alcançou 25,98%.

Já em relação aos produtos que tiveram o seu desempenho abaixo do esperado se destacam o *Novo Rio Pinheiros*, *a Ampliação da capacidade de reservação do sistema de drenagem*, a *Recuperação e manutenção da calha do tiete* e a *Ampliação da oferta hídrica para bacia do PCJ*, que tiveram problemas na execução conforme justificativas dos indicadores de resultado.

No contexto da Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Programa 2624), o desempenho dos indicadores referentes à atuação da SABESP ficou um pouco abaixo em comparação ao ano anterior, mas ainda dentro dos parâmetros previstos: no caso do indicador *Cobertura dos domicílios com abastecimento de água em área atendida pela SABESP*, cuja meta era de 99%, a execução atingiu 96,84%; o indicador *Cobertura dos domicílios com coleta de esgoto em área atendida pela SABESP* teve sua meta definida em 92% e execução de 91,89% e; o indicador *Índice de economias conectadas ao tratamento de esgoto (%)* performou 86,21%, ao passo que a meta era de 83%.

No âmbito da Secretaria de Governo, o programa *Defesa Civil Protege Você!* (Programa 5101) tem a missão de evitar a perda de vidas, propriedades e proteger as instituições de todos os riscos (naturais ou tecnológicos), apoiando o Governo no gerenciamento de risco e desastres. Como resultado desse programa, em 2022 foram registrados 145 óbitos em decorrência de desastres naturais, número 72% maior do que o registrado em 2021. Esse resultado se deu apesar do aumento da C*omunicação de riscos*, que aumentou o número de instrumentos de comunicação de risco (de 16 em 2021 para 54 em 2022) e, consequentemente, permitiu acesso à informação sobre risco de desastre a um número muito maior de pessoas.

Cabe destaque também para a assistência às vítimas de desastres (produto 389), que atendeu 17.512 pessoas com 121.521 itens de ajuda, como produtos alimentícios, de higiene pessoal, de limpeza e outros com vistas à garantia do bem-estar físico e psicológico após o desastre.

Objetivo Estratégico 9: Gestão Pública moderna e eficiente, comprometida com qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e transparência

O uso de Tecnologia, a intensificação de parcerias com a sociedade civil, a desburocratização e a simplificação de processos, são os principais instrumentos utilizados para promover a eficiência da gestão pública. O Estado de São Paulo, através do programa *5119 - Tecnologia e inovação na gestão governamental,* busca ofertar soluções inovadoras que garantam transparência, segurança e eficiência aos processos do estado, contribuindo com a melhoria da qualidade dos

serviços prestados. No ano de 2022, dois dos três indicadores de resultado do programa alcançaram as metas previstas para o período: A *Média de satisfação do cliente corporativo PRODESP* atingiu 8,09, frente aos 7,6 esperados; e o *Índice de satisfação do Poupatempo* alcançou 98,38%, atingindo 100,39% da meta para o ano. *O índice de satisfação do usuário "Acessa SP"* não pode ser medido, pois o programa está passando por uma reestruturação e o novo modelo ainda será implementado. O programa 5119, tem por objetivo ofertar soluções tecnológicas inclusivas e simplificar a vida dos cidadãos através do acesso a serviços públicos em diversos canais, preferencialmente digitais.

O *percentual de atendimentos eletrônicos sobre o total dos respectivos atendimentos* do Poupatempo, que oferece serviços digitais e de autoatendimento, alcançou 86,02%. Foram 73 serviços digitais implementados em 2022, totalizando 257 serviços digitais desde 2020, início deste PPA. A *Quantidade de documentos e anexos registradas no SP Sem Papel* chegou a 169.355.271, atingindo 112,9% da meta projetada para 2022. O número de usuários utilizando o sistema SP Sem Papel também obteve resultado positivo e alcançou 346.985 pessoas, 115,66% do número projetado.

O indicador *número de normas estratégicas de tecnologia de informação e comunicação estabelecidas* registrou desempenho de 146,15% em relação à meta e 32 soluções tecnológicas foram disponibilizadas. Refletindo os esforços na busca de uma governança estratégica, com a adoção de práticas, normas e padrões no uso governamental das tecnologias, a Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação (SSCTI), da Secretaria de Governo, conforme Decreto 66.016/21, e a criação de comitês gestores como o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - COETIC, a Central de Dados do Estado de São Paulo – CDESP, Sistema de Monitoramento Inteligente- SIMI e o Comitê Gestor do Programa de Implementação de Soluções Inovadoras para a Administração Pública – IdeiaGov, dissemina práticas, normas e padrões no uso governamental das tecnologias para um Governo cada vez mais digital e sempre a serviço da sociedade.